



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLIX — Nº 7

TERÇA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 15ª SESSÃO, EM 17 DE JANEIRO DE 1994

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 34 e 35, de 1994 (nº 31 e 32/94, na origem), de 13 do corrente, referente ao término do prazo final, sem deliberação por parte do Congresso Nacional, das Medidas Provisórias nºs 374 a 380, de 1993.

— Nº 37 de 1994 (nº 34/93, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País, no período de 15 a 18 de janeiro de 1994, a fim de participar da V Reunião do Conselho do Mercado Comum, na Cidade de Colônia, República Oriental do Uruguai.

##### 1.2.2 — Aviso do Ministro da Fazenda

— Nº 10/94, de 6 do corrente, encaminhando informações complementares sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 889, de 1993, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

##### 1.2.3 — Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 2/94, de 14 do corrente, comunicando a rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 247, de 1993 (nº 4.233/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de anistia, nas condições que menciona.

##### 1.2.4 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1993 (nº PDL nº 256, de 1993, na origem), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas obrigações, privilégios e imunidades, firmado em Brasília, em 27 de março de 1992.

Ofício "S" nº 135, de 1993 (Ofício PRESI-93/2617, de 03.11.93, na origem), do Senhor Presidente em exercício

do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Silveira Martins — RS, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$ 5.029.440,55, a preços de junho de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIRES. (Projeto de Resolução nº 02/94) "

Ofício nº 152/93 (Ofício G/1605/93, de 23.11.93, na origem), do Sr. Governador do Estado do Espírito Santo, solicitando ao Senado Federal autorização para contratar operação de crédito no valor de CR\$ 500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993, junto à Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, por intermédio da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce. (Projeto de Resolução nº 03/94)

Ofício "S" nº 161, de 1993, do Sr. Prefeito do Município de Encruzilhada do Sul (RS), relativo à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de CR\$ 30.630.934,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros reais), a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIRES. (Projeto de Resolução nº 04/94)

Ofício "S" nº 168, de 1993 (Of. PRESI-93/3235.4, de 07.12.93, na origem) encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de IRACEMA do OESTE (PR), referente à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., BANESTADO, no valor de CR\$ 10.600.000,00, a preços de setembro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU. (Projeto de Resolução nº 05/94)

Ofício "S" nº 180, de 1993 (Of. PRESI-93/3579, de 23.12.93, na origem), do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa — PR para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná — S.A. — BANESTADO,

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES***Director-Geral do Senado Federal***AGACIEL DA SILVA MAIA***Director Executivo***CARLOS HOMERO VIEIRA NINA***Director Administrativo***LUIZ CARLOS BASTOS***Director Industrial***FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA***Director Adjunto***DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL***Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal***ASSINATURAS**

Semestral \_\_\_\_\_ Cr\$ 70.000,00

*Tiragem 1.200 exemplares*

no valor de CR\$ 13.500.000,00, a preços de agosto de 1993, equivalente a CR\$ 18.310.100,00, quando atualizado para setembro de 1993 pela TR, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU. (Projeto de Resolução nº 06/94)

Ofício "S" nº 181, de 1993 (Ofício PRESI-93/3580, de 23.12.93, na origem) do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro — RS, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$ 8.398.288,70, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES. (Projeto de Resolução nº 07/94)

Ofício "S" nº 182, de 1993 (OF. PRESI — 93/3587, de 23.12.93, na origem) com solicitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí (PR), relativa à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$ 18.000.000,00, a preços de outubro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU. (Projeto de Resolução nº 08/94)

Ofício "S" nº 183/93 (OF. PRESI-93/3582, de 23.12.93, na origem), encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Salgado Filho-PR, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU. (Projeto de Resolução nº 09/94)

Ofício "S" nº 184, de 1993 (OF. PRESI-93/3583 de 1993 na origem) que encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Minas do Leão (RS), referente à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de CR\$ 10.451.351,00 a preços de setembro/93, equivalente a CR\$ 7.725.717,77, quando deflacionado para agosto/93, utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social — FUNDOPIMES. (Projeto de Resolução nº 10/94)

Ofício "S" nº 185, de 1993 (Ofício PRESI-93/3584, de 23.12.93, na origem), do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Fe-

deral solicitação da Prefeitura Municipal de Constantina — RS, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$ 12.401.806,20, a preços de junho de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES. (Projeto de Resolução nº 11/94)

Ofício "S" nº 187, de 1993, (Of. PRESI-93/3586, de 23.12.93, na origem) com solicitação da Prefeitura Municipal de FAROL (PR), relativa à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$ 7.800.000,00, a preços de outubro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU. (Projeto de Resolução nº 12/94)

Mensagem nº 504, de 1993 (Mensagem nº 1.016 de 21/12/93 na origem) do Senhor Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta de contratação de operação financeira destinada ao reescalonamento de débitos da República da Guiné-Bissau para com a República Federativa do Brasil no valor de US\$ 12.364.852,43, originários de operações de crédito à exportações realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento às Exportações — FINEX. (Projeto de Resolução nº 13/94)

**1.2.5 — Comunicações**

— Nº 006/94, de autoria do Senador Gerson Camata, referente ao seu desligamento do PPR e seu ingresso no PMDB a partir do dia 09 do corrente último.

— Do Senador Francisco Rollemberg, referente ao seu desligamento do PFL, a partir de 04 de janeiro próximo passado e sua filiação ao PNM, a partir de 04 de janeiro, próximo passado.

— Do Senador Hugo Napoleão, referente ao seu afastamento dos trabalhos da Casa, até o dia 17 de janeiro de 1994, em virtude de viagem ao Exterior, em caráter particular.

**1.2.6 — Ofício**

— Nº 010/94, de 13 de janeiro de 1994, da Liderança do PFL no Senado Federal, referente a indicação do Sr. Francisco Rollemberg, para continuar a integrar, por cessação do PFL, a Comissão Mista destinada a apurar denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos a respeito da destinação de recursos do Orçamento da União.

**1.2.7 — Requerimentos**

— Nº 15, de 1994, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações que menciona.

— Nº 16, de 1994, de autoria do Senador Nelson Carneiro, solicitando que seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa nos dias 9, 22, 23, 27 e 30 de dezembro de 1993; e 3, 5, 6 e 10 de janeiro de 1994. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Nº 17, de 1994, de autoria do Senador Almir Gabriel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 97 e 165, de 1992, uma vez que tratam da mesma matéria.

**1.2.8 — Offícios**

— Nº 012/94, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro em Comissão Mista.

— Da Liderança do PPR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na CPI do Orçamento.

— Nº 040/94, da Liderança do PPR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro em Comissão Mista.

**1.2.9 — Comunicações da Presidência**

— Aprovação, pela Comissão Diretora, em reunião do dia 12 do corrente, dos Requerimentos nºs 1.434, 1.442, 1.443 e 1.444, de 1993, e 1, de 1994, dos Senadores Gilberto Miranda, Josaphat Marinho e Esperidião Amin, de informações, aos Ministros que mencionam.

— Recebimento do Ofício nº S/25, de 1994 (nº 2/94, na origem), do Governo do Estado de São Paulo, solicitando autorização para contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

— Recebimento dos Ofícios nºs S/26 e S/27, de 1994 (nº 10 e 11/94, na origem), do Governo do Estado da Paraíba, solicitando autorização para que possa realizar operações de crédito com o BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e com a EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo, para os fins que especifica.

— Recebimento da Mensagem nº 36, de 1994 (nº 33/94, na origem), de 13 do corrente, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico da Bacia da Baía da Guanabara.

— Recebimento do Ofício nº 5, de 1994, da Prefeitura Municipal de Sinop (MT), solicitando a retificação do Ofício nº S/88, de 1993 (nº 342/93, na origem), que trata de autorização para contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

**1.2.10 — Discursos do Expediente**

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Centenário de nascimento do Professor Edgard Santos.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Advertências sobre o atual quadro da atividade cacaujeira no Brasil. Defesa da manutenção e fomento da CEPLAC.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Apelo em favor da imediata convocação dos aprovados em concurso do Banco do Brasil, para o preenchimento das vagas no Estado do Ceará.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Posição contrária de S. Exª à aprovação das propostas revisionais que dispõem sobre a suspensão do pagamento de royalties aos estados produtores de petróleo, em virtude dos graves danos que isto acarretaria à economia de inúmeros municípios.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Alerta sobre a persistência do problema da seca e a conseqüente necessidade de permanecer inalterada a estrutura administrativa de assistência à Região Nordeste, tais como, DNOCS, SUDENE, Carteira Agrícola do BB, BNB.

**1.2.11 — Comunicações da Presidência**

Abertura de prazo para recebimento de emendas, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110, de 1993, aos Projetos de Resolução nºs 02 a 13/94, lidos no Expediente da presente sessão.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências **Retirado da pauta** nos termos do art. 175, Letra "e" do Regimento Interno.

**1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia**

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Considerações a respeito das dificuldades para efetiva implementação do plano de estabilização do Governo, contestando as recentes declarações do Ministro Fernando Henrique Cardoso sobre a inconsistência da candidatura de Lula à Presidência da República.

**1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão****1.4 — ENCERRAMENTO****2 — SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Resenha das matérias apreciadas de 16 a 31 de dezembro de 1993

**3 — MESA DIRETORA****4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

# Ata da 15ª Sessão, em 17 de janeiro de 1994

## 10ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência do Sr. Nabor Júnior*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Afonso Camargo \_ Alexandre Costa \_ Almir Gabriel \_ Cid Sabóia de Carvalho \_ Elcio Álvares \_ Epitácio Cafeteira \_ Garibaldi Alves Filho Jarbas Passarinho \_ José Forgaça \_ Jutahy Magalhães \_ Lourival Baptista \_ Mansueto de Lacerda \_ Marco Maciel \_ Mauro Benevides \_ Meira Filho \_ Nabor Júnior \_ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 17 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

### MENSAGENS

### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### De comunicação de recebimento:

Nºs 34 e 35, de 1994 (nº 31 e 32/94, na origem), de 13 de do corrente, referentes ao término do prazo final, sem deliberação por parte do Congresso Nacional, das Medidas Provisórias nºs 374 a 380, de 1993.

Nº 37 de 1994 (nº 34/93, na origem), de 14 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País, no período de 15 a 18 de janeiro de 1994, a fim de participar da V Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Colônia, República Oriental do Uruguai, nos seguintes termos:

MENSAGEM Nº 37, DE 1994

(Em 17-1-94)

(Nº 34/94, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 15 a 18 de janeiro de 1994, para participar da V Reunião do Conselho do Mercado Comum, na cidade de Colônia, República Oriental do Uruguai.

O Conselho do Mercado Comum é o órgão máximo da estrutura institucional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), ao qual compete a tomada de decisões destinadas a assegurar o cumprimento dos objetivos e metas previstos no Tratado de Assunção. O Conselho, composto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia ou Fazenda dos quatro países integrantes do MERCOSUL, reúne-se semestralmente.

Os Presidentes da república dos quatro países estiveram presentes às

quatro Reuniões do Conselho do Mercado Comum já realizadas. Tais encontros entre Chefes de Estado são elemento fundamental para a reafirmação da vontade política dos países signatários do MERCOSUL de se seguir avançando no pro-

cesso de integração. Ademais de seu significado político, essa reunião do Conselho do Mercado Comum focalizará, dentre outros assuntos, a questão da Tarifa Externa Comum, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1995, que constitui o elemento fundamental para o estabelecimento de uma União Aduaneira entre os países do MERCOSUL, bem como minha proposta lançada por ocasião da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, de conformação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana. Esta iniciativa poderá vir a constituir importante avanço no sentido de promover a gradual articulação entre os processos subregionais de integração na América Latina, e, em especial, na América do Sul.

Brasília, 14 de janeiro de 1994. — Itamar Franco.

### AVISO

### DO MINISTRO DA FAZENDA

Nº 10/94, de 6 do corrente, encaminhando informações complementares sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 889, de 1993, de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópias ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

### OFÍCIO

### DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2/94, de 14 do corrente, comunicando a rejeição da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 247, de 1993 (nº 4.233/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de anistia, nas condições que menciona.

### PARECERES

#### PARECER Nº 7, DE 1994

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1993 (PDL nº 256, de 1993, na origem), que “aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas obrigações, privilégios e imunidades, firmado em Brasília, em 27 de março de 1992”.

Relator: Dirceu Carneiro

#### I — Relatório

1. Nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, e das disposições regimentais pertinentes à tramitação do projeto de decreto Legislativo em apreço, encaminha-se a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a presente proposição que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Brasileiro-argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) sobre suas obrigações, privilégios e imunidades”.

2. A matéria foi encaminhada em 18 de agosto de 1992 pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados, onde teve aprovada sua redação final em 22 de setembro de 1993. Em 23 do mesmo mês foi enviada à apreciação deste Senado Federal.

3. A cópia autêntica da Convenção ora examinada é acompanhada da exposição de motivos do Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qual são destacadas as razões que justificam a necessidade de sua ratificação.

## II — Voto

4. Cuida-se aqui de um acordo de sede entre o Brasil e a Agência Nuclear Brasileiro-Argentina. Ao criar o organismo, em tratado anterior, os dois países deliberaram sediá-lo no território brasileiro, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro. O Ato seguinte, portanto, depois de instituída a Agência, consistiu neste acordo, que ora se aprecia, entre a Agência e o estado territorial anfitrião, para o estabelecimento das relações oficiais entre dois entes de direito internacional público, envolvendo ainda aspectos práticos, relativos à instalação da Agência em nosso território, e delimitando o intercâmbio diplomático entre ambos.

5. Não há nada a obstar quanto a este acordo, que se inserequase no rol das matérias de rotina diplomática. Por estes motivos, considero oportuno, viável e conveniente ao nosso País este ato internacional. Opino pela sua aprovação nos termos do projeto de decreto legislativo aqui trazido a exame, incluindo a salvaguarda de nova apreciação legislativa em caso de modificações posteriores.

Sala da Comissão, 13 de janeiro de 1994. — **Alfredo Campos Presidente** — **Dirceu Carneiro** — **Valmir Campelo — Relator** — **Pedro Teixeira** — **Lourival Baptista** — **João Calmon** — **Magno Bacelar** — **Ronan Tito** — **Guilherme Palmeira** — **Darcy Ribeiro**.

## PARECER Nº 8, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício "S" nº 135, de 1993 (Ofício nº 93/2617, de 3-11-93, na origem), do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Silveira Martins — RS, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A — BANRISUL, no valor de CR\$ 5.029.440,55, a preços de junho de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.

**Relator: Senador Elcio Alvares**

O Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil encaminha a esta Casa, mediante a correspondência em epígrafe, pedido de autorização, da Prefeitura Municipal de Silveira Martins-RS, para contratar operação de crédito, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A — BANRISUL, no valor de CR\$ 5.029.440,55 (cinco milhões, vinte e nove mil e quatrocentos e quarenta cruzeiros reais e cinquenta e cinco centavos), a preços de junho de 1993. Os recursos decorrentes da operação serão aplicados em investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infraestrutura urbana.

A operação de crédito pretendida obedecerá às seguintes condições:

a) **valor pretendido:** CR\$ 5.029.440,55 (cinco milhões, vinte e nove mil quatrocentos e quarenta cruzeiros reais e cinquenta e cinco centavos), a preço de junho/93;

b) **juros** 11% a.a;

c) **atualização monetária:** reajustável pelo IGP — FGV;

d) **garantia:** ICMS e/ou FPM;

e) **destinação dos recursos:** investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana;

f) **condições de pagamento;**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira 12 meses após a primeira liberação;

— **dos juros:** exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

A solicitação encontra-se adequadamente instruída, conforme dispõe a Resolução nº 36/92, do Senado Federal, que rege a matéria, à exceção do Plano Plurianual de Investimentos que, conforme dispositivos constitucionais, somente foi enviada ao Poder Legislativo no presente exercício, para vigorar de 1994 a 1997.

No entanto, o Parecer DEDIP/DIARE — 93/1077 informa que a efetivação da operação pretendida redundará em infração do limite estipulado no artigo 2º da referida resolução, razão pela qual concluir por considerar "desaconselhável" o atendimento do pleito.

O mesmo Parecer assinala que o valor pleiteado pela Prefeitura Municipal (CR\$ 5.029.440,55, a preço de junho/93) é superior, ao montante definido pela Lei Municipal nº 186, de 21-6-93, que autorizou a operação (CR\$ 4.790.628,00).

Cabe, além disso, observar, que a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro apresenta como garantia da operação parcelas do ICMS e/ou do FPM, garantias estas vedadas pelo parágrafo IV do artigo 167 da Constituição Federal, que restringe esse tipo de garantias aos débitos contraídos junto à União.

Pesam, portanto, contra o pleito da Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro-RS, os óbices apresentados. Contudo, se a opinião majoritária nesta Comissão os considerar negligenciáveis em face da relevância da operação, nosso parecer é favorável à solicitação em apreço, na forma do seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Silveira Martins-RS a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A - BANRISUL, no valor total de CR\$5.029.440,55 (cinco milhões, vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros reais e cinquenta e cinco centavos), a preços de junho de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.**

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º É autorizada a Prefeitura Municipal de Silveira Martins-RS, nos termos da Resolução nº 36/92, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$5.029.440,55 (cinco milhões, vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros reais e cinquenta e cinco centavos), a preços de junho de 1993.

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada obedecerá às seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$ 5.029.440,55 (cinco milhões, vinte e nove mil quatrocentos e quarenta cruzeiros reais e cinquenta e cinco centavos), a preços de junho/93;

b) **juros:** 11% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pelo IGP — FGVP;

d) **garantia:** ICMS e/ou FPM;

e) **destinação dos recursos:** investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana;

**f) condições de pagamento:**

— do principal: amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira 12 meses após a primeira liberação;

— dos juros: exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de até 270 (duzentos e setenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Elcio Alvares**, Relator — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Affonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Meira Filho** — **Magno Bacelar** — **Henrique Almeida**.

**PARECER Nº 9, DE 1994**

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº 152/93 (Ofício G/1605/93, de 23-11-93, na origem), do Sr. Governador do Estado do Espírito Santo, solicitando ao Senado Federal autorização para contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993, junto à Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, por intermédio da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce.

Relator: **Senador Elcio Alvares**

O Sr. Governador do Estado do Espírito Santo encaminha ao Senado Federal pedido de autorização para contratar operação de crédito, junto à Companhia Vale do Rio Doce e por intermédio da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, no valor de Cr\$500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993, com a garantia do pagamento oferecida através da vinculação de cotas do Fundo de participação dos Estados — FPE. O valor acima foi recalculado pelo órgão técnico do Banco Central, cabendo notar que a solicitação original se referia à quantia Cr\$162.181.016,00.

Os recursos serão aplicados nas áreas de Desenvolvimento Econômico e Social e de Aparelhamento de Segurança pública daquele Estado, constante do Orçamento Anual de 1993.

A matéria foi submetida ao Banco Central do Brasil, que, através do Ofício PRESI-93/3686, de 29-12-93, encaminha ao Senado Federal análise técnica do âmbito da sua

competência, contida no Parecer DEPI/DIARE/SU-DEM-93/1.164, de 29-12-93.

A operação de crédito sob análise apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** Cr\$500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993;

b) **juros:** 1% (um por cento) ao ano no período de carência e 3% (três por cento) ao ano durante a amortização, sobre o saldo devedor corrigido;

c) **atualização monetária:** 80% (oitenta por cento) da variação do IGP-M, no período compreendido entre a data da liberação dos recursos e da amortização de cada parcela semestral;

d) **garantia:** Fundo de Participação dos Estados — FPE;

e) **destinação dos recursos:** atividades/projetos nas áreas de desenvolvimento econômico e social e de aparelhamento do setor de segurança pública do Estado do Espírito Santo;

**f) condições de pagamento:**

— do principal: amortização em 16 (dezesesseis) parcelas semestrais sucessivas, com carência de 2 (dois) anos;

— dos juros: não existe período de carência.

Da análise feita pelo Banco Central sobre os limites e a situação do endividamento externo e interno do Governo do Estado do Espírito Santo, acrescida da operação proposta, seguindo as disposições da resolução nº 36, de 30-06-92, destacamos os seguintes dados, em Cr\$ mil reais:

**a) Art. 2º**

Despesas de capital orçadas para o ano	13.776.636,1
Operações realizadas no exercício	3.411.854,6
Operação sob análise	(500.784,5)
Saldo	9.863.997,0

**b) Art. 3º, I (\*)**

Dispêndios com encargos e amortização da dívida vencida e vencível no ano, pagos e a pagar	3.233.240,5
ou 27% da Receita Líquida Real	22.797.264,8
Operações de dívidas fundadas existentes	2.011.854,6
Operação sob análise	(500.784,5)
Saldo	20.284.630,7

**c) Art. 3º, II (\*\*)**

Margem de Poupança Real	18.646.170,0
e 15% da Receita Líquida Real	12.665.149,9
Maior dispêndio anual (vide cronograma)	(8.242.443,9)
Saldo	4.442.706,0

(\*) prevalece o maior

(\*\*) prevalece o menor

**Cronograma de Dispendios**

Em CR\$ mil

Ano	operações já existentes(A)	operação sob exame (B)	dispendio anual (C)	D = B/A (%)
1993	1.834.870,1	0,0	1.834.870,1	0,00
1994	8.237.436,1	5.007,8	8.242.443,9	0,06
1995	5.545.320,5	5.007,8	5.550.328,3	0,09
1996	4.138.216,6	77.621,6	4.215.838,2	1,88
1997	4.690.734,6	77.621,6	4.768.356,2	1,65
1998	4.424.244,1	77.621,6	4.501.865,7	1,75
1999	4.309.863,0	77.621,6	4.387.484,6	1,80
2000	4.191.316,4	77.621,6	4.286.938,0	1,85
2001	4.067.014,3	77.621,6	4.144.635,9	1,91
2002	3.937.047,1	77.621,6	4.014.668,7	1,97
2003	3.862.556,4	77.621,6	3.940.178,0	2,01

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
 OFS L.º 152 de 1993  
 fl. 36

Convém ressaltar que os recursos provenientes da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, estabelecida no Estatuto Social da Companhia Vale do Rio Doce (art. 30, inciso III), são utilizados de acordo com suas normas para aplicação do Regulamento de Inversões. E a RDZRD é constituída com recursos provenientes de parcelas dos lucros líquidos da CVRD (art. 6º, § 7º do Decreto-Lei nº 4.352/42). Daí se conclui que a posição de fornecedora dos recursos da CVRD advém daquela situação peculiar, que permite a aplicação de valores daquela reserva legal em finalidades específicas e segundo normas próprias.

Conforme o citado parecer do Banco Central (fl. 3) a operação pretendida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, além de se enquadrar nos limites previstos na Resolução nº 36/92 do Senado Federal, não implica em expansão das reservas bancárias, portanto não provocará impacto monetário.

Considerando, ainda, que o presente processo está devidamente instruído com os documentos comprobatórios do cumprimento das exigências dos arts. 5º e 6º da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, em forma de Anexos, concluímos por recomendar o acolhimento do pleito nos termos do seguinte

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1994**

**Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito junto à Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, por intermédio da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce, no valor de CR\$ 500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais) a preços de outubro de 1993, a serem atualizados**

**pelo IGPM e com garantia oferecida através da vinculação de cotas do Fundo de Participação dos Estados — FPE.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Espírito Santo autorizado a contratar, nos termos da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, operação de crédito, junto à Companhia Vale do Rio Doce, no valor de CR\$ 500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais).

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo, provenientes da Reserva para o Desenvolvimento da Zona do Rio Doce — RDZRD, serão destinados a atividades e projetos nas áreas de desenvolvimento econômico e social e ao aparelhamento do setor de segurança pública do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

a) **valor pretendido:** CR\$ 500.784.528,00 (quinhentos milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993;

b) **juros:** 1% (um por cento) ao ano no período de carência e 3% (três por cento) ao ano durante a amortização, sobre o saldo devedor corrigido;

c) **atualização monetária:** 80% (oitenta por cento), da variação do IGP-M, no período compreendido entre a data da liberação dos recursos e a da amortização de cada parcela semestral;

d) **garantia:** Fundo de Participação dos Estados — FPE;

e) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 16 (dezesesseis) parcelas semestrais sucessivas, com carência de 2 (dois) anos;

— dos juros: não existe período de carência.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Elcio Alvares**, Relator — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Meira Filho** — **Magno Bacelar** — **Henrique Almeida**.

### PARECER Nº 10, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 161, de 1993, do Sr. Prefeito do Município de Encruzilhada do Sul (RS), relativo à operação de crédito pretendido junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de CR\$ 30.630.934,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros reais), a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Fundopimes.

**Relator: Senador Magno Bacelar**

O Sr. Prefeito do Município de Encruzilhada do Sul (RS), encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada àquela prefeitura a contratar operação de crédito no valor de CR\$30.630.934,00, a preços de agosto/93, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, utilizando recursos do Fundopimes, para investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana.

O exame da matéria revela que as formalidades prévias à contratação do empréstimo, definidas a nível regulamentador pela Resolução nº 36, de 1992, foram integralmente atendidas.

A operação de crédito pretendida envolverá recursos do Fundopimes, cuja fonte primária é o Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul e que conta também com o apoio suplementar do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

Ante o exposto, somos pela autorização pleiteada pelo Ofício "S" nº 161/93, nos termos do seguinte projeto de resolução.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul (RS), a contratar operação de crédito no valor de CR\$30.630.934,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros reais), a preços de agosto de 1993, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, utilizando recursos do Fundopimes.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul (RS), autorizada, nos termos da Resolução nº 36 de 1992 do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de CR\$30.630.934,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros reais), a preços de agosto de 1993, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, utilizando recursos do Fundopimes.

Art. 2º As condições financeiras da operação de crédito são as seguintes:

a) **Valor pretendido:** CR\$30.630.934,00 (trinta milhões, seiscentos e trinta mil, novecentos e trinta e quatro cruzeiros reais), a preços de agosto de 1993;

b) **Juros:** 11% a.a.;

c) **Atualização Monetária:** IGP-FGV

d) **Garantia:** ICMS e/ou FPM

e) **Destinação:** investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana.

**Condições de Pagamento:**

— **do Principal:** 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira 12 meses após primeira liberação;

— **dos Juros:** exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida num prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de sua vigência.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Magno Bacelar**, Relator — **Elcio Alvares** — **José Eduardo** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **João Calmon** — **Gerson Camata** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **Meira Filho** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro**.

### PARECER Nº 11, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 168, de 1993 (Of. PRESI 93/3235.4, de 7-12-93, na origem) encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste (PR), referente à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. BANESTADO, no valor de CR\$ 10.600.000,00, a preços de setembro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano PEDU.

**Relator: Senador Henrique Almeida**

Vem a esta Comissão correspondência do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste, no sentido de que o Senado Federal autorize a contratação de uma operação de crédito com o Banco do Estado do Paraná S.A. BANESTADO, no valor de CR\$ 10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro/93.

Trata-se de financiamento a ser realizado no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano PEDU, o qual conta com recursos do Tesouro do Estado, suplementados pelo Banco Mundial, dentro de convênio firmado visando ao desenvolvimento de projetos de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana, em municípios do Paraná.

São as seguintes as características da operação:

a) **valor pretendido:** CR\$10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro/93;

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela TR.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano PEDU;

**f) condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;

— **dos juros:** não existe período de carência.

As operações da espécie estão regulamentadas pela Resolução nº 36/92, do Senado Federal, a qual estabelece critérios e limites de endividamento para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas autarquias.

De acordo com as exigências da Resolução, acima referida, o Processo sob exame encontra-se adequadamente instruído. O Parecer do Banco Central do Brasil (Parecer DE-DIP/DIARE 93/981, de 6-12-93) constatou que a operação de crédito pretendida encontra-se contida nos limites de endividamento da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste PR, não havendo qualquer óbice, neste sentido, à sua execução.

Cabe, no entanto, ponderar que a garantia oferecida pela Prefeitura parcelas do ICMS, é vedada pela Emenda Constitucional nº 3/93. Tal Emenda introduziu o § 4º ao art. 167 da Carta Magna, pelo qual, somente podem ser oferecidas, como garantia, parcelas do ICMS, FPE ou FPM, em operações realizadas com a União, ou para saldar débitos para com esta.

O Senado Federal ainda não se pronunciou em definitivo sobre a matéria que, se aplicada rigorosamente, poderia inviabilizar, na prática, quaisquer operações de crédito, particularmente, no nível municipal.

Dado o inegável mérito da matéria, e considerando que os aspectos formais previstos na Resolução nº 36/92, foram atendidos, somos de parecer favorável ao atendimento do pleito da Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste, na forma do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1994**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste — PR, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná — BANESTADO, no valor de CR\$10.600.000,00, a preços de setembro/93, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Iracema do Oeste — PR, autorizada, nos termos da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, a contratar operação de crédito interno, junto ao Banco do Estado do Paraná — BANESTADO, no valor de CR\$10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro/93.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito ora autorizada serão destinados à execução de obras de infra-estrutura urbana naquela Municipalidade, no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Art. 2º A operação de crédito deverá ser realizada sob as seguintes condições:

a) **valor pretendido:** CR\$10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro/93

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

**f) condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;

— **dos juros:** não existe período de carência.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Henrique Almeida**, Relator — **Magno Bacelar** — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **Meira Filho** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Elcio Alvares**.

**PARECER Nº 12, DE 1994**

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 180, de 1993 (Of. PRESI — 93/3579, de 23-12-93, na origem), do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando a Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa — PR para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná — S. A. — BANESTADO, no valor de CR\$13.500.000,00, a preços de agosto de 1993, equivalente a CR\$18.310.100,00, quando atualizado para setembro de 1993 pela TR, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

**Relator: Senador Henrique Almeida**

O Senhor Presidente, em exercício, do Banco Central do Brasil encaminha a esta Casa, mediante a correspondência em epígrafe, pedido de autorização, da Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa — PR, para realizar, junto ao Banco do Estado do Paraná S. A. — BANESTADO, operação de crédito no valor de CR\$13.500.000,00, a preços de agosto de 1993, equivalente a CR\$18.310.100,00 quando atualizados para setembro de 1993 pela TR.

O financiamento destina-se a obras de infra-estrutura urbana, a serem executadas no bojo do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU. Os recursos necessários proviriam do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU, alimentado pelo Tesouro do Estado do Paraná e, em menor medida, pelo apoio concedido pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

A operação de crédito pretendida apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), a preços de agosto/93, equivalente a CR\$18.310.100,00 (dezoito milhões, trezentos e dez mil e cem cruzeiros reais), quando atualizados para setembro/93, pela TR;

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infra-estrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

f) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;

**dos juros:** não existe período de carência.

A matéria encontra-se adequadamente instruída, conforme dispõe a Resolução nº 36/92, à exceção do Plano Plurianual de Investimentos, não apresentado, em razão de a Lei Orgânica do Município prever sua elaboração no decorrer do primeiro exercício financeiro do atual mandato.

O Parecer DEDIP/DIARE-93/1051 do Banco Central do Brasil informa que a operação não implica expansão das reservas monetárias e que se enquadra nos limites previstos na Resolução nº 36/92 do Senado Federal.

Cabe lembrar, contudo, que a Prefeitura Municipal apresenta como garantia da operação parcelas do ICMS, garantia esta vedada pelo § 4º do art. 167 da Constituição Federal, que limita o uso de receitas provenientes do ICMS como garantia aos débitos contraídos junto à União.

Inexiste, portanto, no que diz respeito à Resolução nº 36/92, óbice à concessão do pedido em apreço, razão pela qual nosso parecer é pelo acolhimento do pleito, na forma do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa — PR a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), destinados a obras de infraestrutura urbana naquela municipalidade.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa — PR, nos termos da Resolução nº 36/92, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S. A. — BANESTADO, no valor de CR\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), a preços de agosto de 1993.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput deste artigo provirão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU, e destinam-se à execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do programa Estadual de Desenvolvimento urbano — PEDU.

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada obedecerá às seguintes características:

- a) **valor pretendido:** CR\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), a preços de agosto/93;
- b) **juros:** 12% a.a.;
- c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;
- d) **garantia:** ICMS;
- e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infraestrutura urbana, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

f) **condições de pagamento:**

- **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;
- **dos juros:** não existe período de carência.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de até 270 (duzentos e setenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Henrique Almeida**, Relator — **Magno Bacelar** — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Elcio Alvares** — **Lourenberg Nunes Rocha**.

#### PARECER Nº 13, DE 1994

**Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício “S” nº 181, de 1993 (Ofício PRESI-93/3580, de 23-12-93, na origem), do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro — RS, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$8.398.288,70, a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do Fundo-pimes.**

Relator: **Senador Magno Bacelar**

O Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil encaminha a esta Casa, mediante a correspondência em epígrafe, pedido de autorização, da Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro — RS, para contratar operação de crédito, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$8.398.288,70 (oito milhões, trezentos e noventa e oito mil e duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), a preços de setembro de 1993. Os recursos decorrentes da operação serão aplicados na execução do Programa Integrado de Melhoria Social — PIMES.

A operação de crédito pretendida obedecerá às seguintes condições:

a) **valor pretendido:** CR\$8.398.288,70 oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), a preços de setembro/93, equivalente a CR\$11.349.477,35 (onze milhões, trezentos e quarenta e sete cruzeiros reais e trinta e cinco centavos), a preços de outubro/93;

b) **prazo para desembolso dos recursos:** 30 dias a partir da assinatura até 210 dias da assinatura.

c) **juros:** 11% a.a.;

d) **atualização monetária:** IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas;

e) **garantia:** ICMS e/ou FPM;

f) **destinação dos recursos:** aplicação na execução do Programa Integrado de Melhoria Social — Pimes;

A solicitação encontra-se adequadamente instruída, conforme dispõe a Resolução nº 36/92, do Senado Federal, que rege a matéria.

No entanto, o Parecer DEDIP/DIARE — 93/1077 informa que a efetivação da operação pretendida redundará em infração do limite estipulado no artigo 2º da referida Resolução, razão pela qual conclui por considerar “desaconselhável” o atendimento do pleito.

Cabe, além disso, observar, que a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro apresenta como garantia da operação parcelas do ICMS e/ou do FPM, garantias estas vedadas pelo parágrafo IV do Artigo 167 da Constituição Federal, que restringe esse tipo de garantias aos débitos contraídos junto à União.

Pesam, portanto, contra o pleito da Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro-RS, os óbices apresentados. Contudo, se a opinião majoritária nesta Comissão os considerar negligenciáveis face à relevância da operação, nosso parecer é favorável à solicitação em apreço, na forma do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro-RS a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL,**

no valor total de CR\$8.398.288,70 (oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do Fundopimes.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a Prefeitura Municipal de Eugênio de Castro-RS, nos termos da Resolução nº 36/92, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$8.398.288,70 (oito milhões e trezentos e noventa e oito mil e duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), a preços de setembro de 1993.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput deste artigo destinam-se à execução do Programa Integrado de Melhoria Social — PIMES.

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada obedecerá às seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$8.398.288,70 (oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, duzentos e oitenta e oito cruzeiros reais e setenta centavos), a preços de setembro/93;

b) **prazo para desembolso dos recursos:** 30 dias a partir da assinatura até 210 dias da assinatura.

c) **juros:** 11% a.a.;

d) **atualização monetária:** IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas;

e) **garantia:** ICMS e/ou FPM;

f) **destinação dos recursos:** aplicação na execução do Programa Integrado de Melhoria Social — PIMES.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de até 270 (duzentos e setenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Magno Bacelar**, Relator — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Elcio Alvares** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Meira Filho**.

#### PACECER Nº 14, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 182, de 1993, (Of. PRESI — 93/3587, de 23-12-93, na origem) com solicitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí (PR), relativa à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$18.000.000,00, a preços de outubro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

**Relator: Senador Henrique Almeida**

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício "S" nº 182, de 1993, do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí — PR, para que seja contratada operação de crédito interna com o Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993.

Trata-se de operação de crédito no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, o qual conta com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano

— FDU, oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, aportados supletivamente pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD. Os recursos do Fundo destinam-se à execução de projetos de infra-estrutura urbana em municípios daquele Estado habilitados para contrair os financiamentos.

No caso específico da Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí (PR), a operação de crédito apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993;

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras infra-estrutura urbana através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

f) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;

— **dos juros:** não existe período de carência.

Os pleitos referentes a operações de crédito interno e externo, dirigidos ao Senado Federal para autorização, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, estão regulamentados pela Resolução nº 36/92, a qual estabelece as condições e limites de endividamento de Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias.

À luz da citada Resolução, o pedido da Prefeitura de São Pedro do Ivaí (PR) encontra-se adequadamente instruído, dele constando a documentação exigida. Neste sentido, cabe registrar:

1) o Parecer do Banco Central do Brasil (Parecer DEDIP/DIARE-93/1053, de 17.12.93), emitido em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 36/92, manifesta-se favoravelmente quanto ao enquadramento do pleito nos limites de endividamento permitidos à Prefeitura de São Pedro do Ivaí — PR.

2) a garantia oferecida pelo Município ao BANESTADO (parcelas do ICMS) encontra-se vedada constitucionalmente a partir da Emenda Constitucional nº 03/93.

A referida Emenda Constitucional introduziu o § 4º ao art. 167 da Carta Magna, limitando a utilização desse tipo de garantia apenas a operações com a União, ou para a liquidação de débitos para com esta. Assim, resta inconstitucional e passível de contestação a citada garantia na operação em análise, uma vez que a matéria ainda não foi objeto de pronunciamento oficial desta Casa.

Diante do acima exposto, e destacando o evidente mérito do pleito, somos de parecer favorável à autorização da operação de crédito pretendida pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí — PR, objeto do Ofício "S" nº 182/93, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí — PR — a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$18.000.000,00, a preços de outubro/93, para execução de projetos de infra-estrutura urbana.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de São Pedro do Ivaí — PR — autorizada, nos termos da Resolução nº 36/92, do

Senado Federal, a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), a preços de outubro/93.

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** deste artigo destinam-se à implementação de projetos de infra-estrutura urbana, naquela municipalidade, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada se realizará sob as seguintes condições:

a) **valor pretendido:** CR\$18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), a preços de outubro/93;

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infra-estrutura urbana através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

f) **condições de pagamento:**

— do principal: amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;

— dos juros: não existe período de carência.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — João Rocha, Presidente — Henrique Almeida, Relator — Gerson Camata — João Calmon — Eduardo Suplicy — Ronan Tito — José Fogaça — Mário Covas — Affonso Camargo — Dirceu Carneiro — José Eduardo — Elcio Alvares — Louremberg Nunes Rocha — Magno Bacelar.

#### PARECER Nº 15, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 183/93 (Of. PRESI-93/3.582, de 23-12-93, na origem), encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Salgado Filho — PR, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$9.700,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Relator: Senador Elcio Alvares

Através do Ofício PRESI-91/3.582, de 23-12-93, o Sr. Presidente do Banco Central encaminha a esta Comissão de Assuntos Econômicos solicitação da Prefeitura Municipal de Salgado Filho — PR, para contratar operação de crédito no valor de CR\$9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros reais), a preços de setembro de 1993, junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTTADO.

Trata-se de operação a ser realizada no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, com

o fim de realizar obras de infra-estrutura urbana no citado município paranaense.

Os recursos pretendidos são os veiculados pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, e os aportados supletivamente pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD.

A operação de crédito ora analisada possui as seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$9.700.000,00, a preços de setembro de 1993;

b) **prazo de desembolso:** até 12 meses;

c) **juros:** 12% a.a.;

d) **atualização monetária:** pela TR;

e) **garantia:** ICMS;

f) **destinação dos recursos:** realização de obras de infra-estrutura urbana do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano;

g) **condições de pagamento:**

— do principal: amortização em 48 parcelas mensais, com carência de 12 meses;

— dos juros: não existe período de carência.

De acordo com as disposições contidas na Resolução nº 36, de 30-6-92, do Senado Federal, a operação solicitada encontra-se dentro dos limites previstos no citado normativo, conforme evidenciado a seguir:

a) Art. 2º

	CR\$
Despesa de Capital orçadas para o ano	9.782.000,00
Operações realizadas no exercício	0,00
Operação sob análise	<u>(9.700.000,00)</u>
Saldo	82.000,00
Dispêndios com encargos e amortizações no ano	227.400,00
ou 27% da Receita Líquida Real	49.963.500,00
Operações de dívidas fundadas	0,00
Operações sob análise	<u>(9.700.000,00)</u>
Saldo	40.263.500,00
Margem de Poupança Real	19.845.200,00
e 15% da Receita Líquida Real	27.757.500,00
Maior dispêndio anual (conforme cronograma)	<u>(3.226.000,00)</u>
Saldo	16.619.200,00

(\*) prevalece o maior

(\*\*) prevalece o menor

## CRONOGRAMA DE DISPÊNDIOS

(em CR\$ mil)

ANO	Operações já existentes (A)	Operações sob exame (B)	Dispêndio Anual (C) (C)=(A)+(B)	% S/A
1993	130,7	97,0	227,7	74,22
1994	227,1	1.321,4	1.548,5	581,86
1995	178,2	3.047,8	3.226,0	1.710,33
1996	86,0	3.036,9	3.122,9	3.531,28
1997	44,8	3.024,8	3.069,6	6.751,79
1998	3,7	2.761,0	2.764,7	7.462,16

O Município, alegando dispositivos constitucionais, conforme consignado em declaração constante do processado, somente deverá elaborar seu projeto de lei do Plano Plurianual de Investimentos no primeiro exercício financeiro do atual mandato.

Nos termos do parecer do Banco Central (às fls. 3), "a operação não implica expansão das reservas bancárias", não provocando, portanto, impacto monetário no sistema.

A operação recebeu autorização legislativa através da Lei Municipal nº 3/93, e o Município apresenta as certidões negativas de débitos com o INSS, o FGTS, PIS, Pasep e Finspical, bem como os demais documentos exigidos pela Resolução nº 36/92, do Senado Federal (art. 5º e 6º).

Diante do exposto, e considerando que, também, o Banco Central não vê óbice técnico ao acolhimento do pleito (fls. 2), somos pelo acolhimento da pretensão da Prefeitura Municipal de Salgado Filho (PR), nos termos do seguinte.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Salgado Filho a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — Banestado** no valor de CR\$9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros reais), utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Salgado Filho (PR) autorizada a contratar, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — Banestado, no valor de CR\$9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil cruzeiros reais).

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo, provenientes do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, serão destinados à execução de projetos de infraestrutura urbana.

Art. 2º As condições financeiras da operação são as seguintes:

a) **valor pretendido:** CR\$9.700.000,00, a preços de setembro de 1993;

b) **juros:** 12% (doze por cento) ao ano;

c) **prazo para desembolso:** até 12 (doze) meses;

d) **atualização monetária:** reajustável pela TR;

e) **garantia:** parcelas do ICMS;

**destinação dos recursos:** realização de obras de infraestrutura urbana através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

**condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses;

— **dos juros:** não existe período de carência.

Art. 3º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Elcio Alvares**, Relator — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Rónan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Meira Filho** — **Magno Bacelar** — **Henrique Almeida**.

## PARECER Nº 16, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício "S" nº 184 de 1993 (Of. Presi-93/3583 de 1993 na origem) que encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Minas do Leão (RS), referente à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de CR\$10.451.351,00 a preços de setembro/93, equivalente a CR\$7.725.717,77, quando deflacionado para agosto/93, utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social — FUNDO-PIMES.

**Relator: Senador Magno Bacelar**

O Presidente em exercício do Banco Central do Brasil submete ao Senado Federal o Ofício "S" nº 184 de 1993 (Of. Presi-93/3583 na origem) que encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de Minas do Leão (RS) referente à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL.

A operação de crédito em questão apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$10.451.351,00 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e um cruzeiros reais), a preços de setembro/93, equivalente a CR\$7.725.717,77 (sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e dezessete cruzeiros reais e setenta e sete centavos), quando deflacionado para agosto/93, pelo IGP/FGV;

b) **prazo para desembolso dos recursos:** de 30 a 150 dias após a assinatura do contrato;

c) **juros:** 11% a.a.;

d) **atualização monetária:** os valores liberados serão corrigidos pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas;

e) **Garantia:** ICMS e/ou FPM;

f) **destinação dos recursos:** aplicação no desenvolvimento institucional, infra-estrutura urbana e equipamento comunitário, bem como no projeto habitacional/urbanização de áreas invadidas, através do Programa Integrado de Melhoria Social — FUNDOPIMES;

Segundo o Parecer Dedip/Diare-93/062 do Banco Central do Brasil, a operação se enquadra nos limites previstos na Resolução nº 36/92 do Senado Federal.

O pleito da Prefeitura de Minas do Leão se apresenta devidamente instituído. Foram anexados ao pedido todos os documentos exigidos pelos artigos 5º e 6º da Resolução nº 36/92 do Senado Federal.

Tendo em vista a boa fundamentação técnica do pleito nada temos a opor à sua aprovação nos termos do seguinte

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Minas do Leão (RS) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul — BANRISUL, no valor de CR\$10.451.351,00, a preços de setembro/93, utilizando recursos do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social — FUNDOPIMES.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Minas do Leão (RS) autorizada nos termos da Resolução nº 36 de 1992 do Senado Federal, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Rio Grande do Sul — BANRISUL.

Art. 2º A operação financeira mencionada no artigo 1º desta Resolução apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$10.451.351,00 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e um cruzeiros reais), a preços de setembro/93, equivalente a CR\$7.725.717,77 (sete milhões, setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e dezessete cruzeiros reais e setenta e sete centavos), quando deflacionado para agosto/93, pelo IGP/FGV;

b) **prazo para desembolso dos recursos:** de 30 a 150 dias após a assinatura do contrato;

c) **juros:** 11% a.a.;

d) **atualização monetária:** os valores liberados serão corrigidos pelo Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas;

e) **Garantia:** ICMS e/ou FPM;

f) **destinação dos recursos:** aplicação no desenvolvimento institucional, infra-estrutura urbana e equipamento comunitário, bem como no projeto habitacional/urbanização de áreas

invadidas, através do Programa Integrado de Melhoria Social — FUNDOPIMES;

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deve ser exercida num prazo de 270 (duzentos e setenta) dias contados da data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha, presidente** — **Magno Bacelar, Relator** — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Elcio Alvares** — **Lourenberg Nunes Rocha** — **Meira Filho.**

#### PARECER Nº 17, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Ofício "S" nº 185, de 1993 (Ofício PRESI-93/3584, de 23-12-93, na origem), do Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado Federal solicitação da Prefeitura Municipal de Constantina — RS, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — **BANRISUL**, no valor de CR\$12.401.806,20, a preços de junho de 1993, utilizando recursos do **FUNDOPIMES**.

Relator: **Senador Elcio Alvares**

O Senhor Presidente em exercício do Banco Central do Brasil encaminha a esta Casa, mediante a correspondência em epígrafe, pedido de autorização, da Prefeitura Municipal de Constantina-RS, para contratar operação de crédito, junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — **BANRISUL**, no valor de CR\$12.401.806,20 (doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), a preços de junho de 1993. Os recursos decorrentes da operação serão aplicados em investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana.

A operação de crédito pretendida obedecerá às seguintes condições:

a) **valor pretendido:** Cr\$12.401.806,20 (doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), a preços de junho/93;

b) **juros:** 11% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pelo IGP — FGV;

d) **garantia:** ICMS e/ou FPM;

e) **destinação dos recursos:** investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana;

f) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira 12 meses após a primeira liberação;

— **dos juros:** exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

A solicitação encontra-se adequadamente instruída, conforme dispõe a Resolução nº 36/92, do Senado Federal, que rege a matéria.

O Parecer DEDIP/DIARE — 93/1057 informa que a efetivação da operação pretendida está adstrita ao limite estipulado no art. 2º da referida Resolução, razão pela qual conclui por não haver óbice ao atendimento do pleito.

Pelo exposto e face à relevância da operação, nosso parecer é favorável à solicitação em apreço, na forma do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Constantina-RS a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor**

total de CR\$12.401.806,20 (doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), a preços de junho de 1993, utilizando recursos do FUNDOPIMES.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É autorizada a Prefeitura Municipal de Constantina-RS, nos termos da Resolução nº 36/92, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. — BANRISUL, no valor de CR\$12.401.806,20 (doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), a preços de junho de 1993.

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada obedecerá às seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$12.401.806,20 (doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e seis cruzeiros reais e vinte centavos), a preços de junho/93;

b) **juros:** 11% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pelo IGP — FGV;

d) **garantia:** ICMS e/ou FPM;

e) **destinação dos recursos:** investimentos nas áreas de desenvolvimento institucional e de infra-estrutura urbana;

f) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencíveis no dia 20 de cada mês, vencendo a primeira 12 meses após a primeira liberação;

— **dos juros:** exigíveis trimestralmente na carência e mensalmente na amortização.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de até 270 (duzentos e setenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — João Rocha, Presidente — Elcio Alvares, Relator — Gerson Camata — João Calmon — Eduardo Suplicy — Ronan Tito — José Fogaça — Mário Covas — Affonso Camargo — Dirceu Carneiro — José Eduardo — Lourenberg Nunes Rocha — Meira Filho — Magno Bacelar — Henrique Almeida.

#### PARECER Nº 18, DE 1994

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 187, de 1993, (Of PRESI — 93/3586, de 23-12-93, na origem) com solicitação da Prefeitura Municipal de Farol (PR), relativa à operação de crédito pretendida junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$7.800.000,00, a preços de outubro/93, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

**Relator: Senador Henrique Almeida**

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício “S” nº 187, de 1993, do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Farol — PR, para que seja contratada operação de crédito interna com o Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993.

Trata-se de operação de crédito no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU, o qual conta com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano — FDU, oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, aportados supletivamente pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD. Os recursos do Fundo desti-

nam-se à execução de projetos de infra-estrutura urbana em municípios daquele Estado habilitados para contrair os financiamentos.

No caso específico da Prefeitura Municipal de Farol — PR, a operação de crédito apresenta as seguintes características:

a) **valor pretendido:** CR\$7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), a preços de outubro/93;

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infra-estrutura urbana através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

f) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses, a partir da primeira liberação;

— **dos juros:** não existe período de carência.

Os pleitos referentes a operações de crédito interno e externo, dirigidos ao Senado Federal para autorização, nos termos do art. 52 da Constituição Federal, estão regulamentados pela Resolução nº 36/92, a qual estabelece as condições e limites de endividamento de Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias.

À luz da citada Resolução, o pedido da Prefeitura de Farol (PR) encontra-se adequadamente instruído, dele constando a documentação exigida. Neste sentido, cabe registrar.

1) o Parecer do Banco Central do Brasil (Parecer DE-DIP/DIARE-93/1054, de 17-12-93), emitido em cumprimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 36/92, manifesta-se favoravelmente quanto ao enquadramento do pleito nos limites de endividamento permitidos à Prefeitura de Farol — PR.

2) a Prefeitura Municipal de Farol (PR), alegando dispositivos constitucionais, conforme consignado em declaração, não elaborou o Plano Plurianual de Investimentos e informou que deverá fazê-lo no decorrer do primeiro exercício financeiro do atual mandato.

3) a garantia oferecida pelo Município ao BANESTADO (parcelas do ICMS) encontra-se vedada constitucionalmente a partir da Emenda Constitucional nº 3/93.

A Referida Emenda Constitucional introduziu o § 4º ao art. 167 da Carta Magna, limitando a utilização desse tipo de garantia apenas a operações com a União, ou para a liquidação de débitos para com esta. Assim, resta inconstitucional e passível de contestação a citada garantia na operação em análise, uma vez que a matéria ainda não foi objeto de pronunciamento oficial desta Casa.

Diante do acima exposto, e destacando o evidente mérito do pleito, somos de parecer favorável à autorização da operação de crédito pretendida pela Prefeitura Municipal de Farol — PR, objeto do Ofício “S” nº 187/93, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1994

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Farol — PR — a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$7.800.000,00, a preços de outubro de 1993, para execução de projetos de infra-estrutura urbana.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Farol-PR autorizada, nos termos da Resolução nº 36/92, do Senado Federal.

a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de CR\$7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993.

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** deste artigo destinam-se à implementação de projetos de infraestrutura urbana, naquela municipalidade, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU.

Art. 2º A operação de crédito ora autorizada se realizará sob as seguintes condições:

a) **valor pretendido:** CR\$7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil cruzeiros reais), a preços de outubro de 1993;

b) **juros:** 12% a.a.;

c) **atualização monetária:** reajustável pela T.R.;

d) **garantia:** ICMS;

e) **destinação dos recursos:** realização de obras de infraestrutura urbana através do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU;

f) **condições de pagamento:**

— **do principal:** amortização em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, com carência de 12 (doze) meses, a partir da primeira liberação;

— **dos juros:** não existe período de carência.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha**, Presidente — **Henrique Almeida**, Relator — **Magno Bacelar** — **Gerson Camata** — **João Calmon** — **Eduardo Suplicy** — **Ronan Tito** — **José Fogaça** — **Mário Covas** — **Afonso Camargo** — **Dirceu Carneiro** — **José Eduardo** — **Elcio Alvares** — **Lourenberg Nunes Rocha**.

#### PARECER Nº 19, DE 1994

**Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 504, de 1993 (Mensagem nº 1.016 de 21-12-93 na origem) do Senhor Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta de contratação de operação financeira destinada ao reescalonamento de débitos da República da Guiné-Bissau para com a República Federativa do Brasil no valor de US\$12.364.852,43, originário de operações de crédito à exportação realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento às Exportações — FINEX.**

Relator: **Senador Elcio Alvares**.

Está em pauta a Mensagem nº 504, de 1993, do Senhor Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta de contratação de operação financeira destinada ao reescalonamento de débitos da República da Guiné-Bissau para com a República Federativa do Brasil.

Os créditos brasileiros em relação a Guiné-Bissau são oriundos de financiamentos do Fundo de Financiamento à Exportação — FINEX, que, depois de extinto, teve seus créditos sucedidos pelo Programa de Financiamento às Exportações — PROEX. Os financiamentos em questão se destinaram a dois convênios. O primeiro foi celebrado em 20 de outubro de 1979 entre o Banco do Brasil S.A. — CACEX e o Banco Nacional de Guiné-Bissau. O Segundo convênio, datado de 2 de agosto de 1984, foi realizado entre o Banco do Brasil S.A. — CACEX e o Ministério de Energia e Indústria da Guiné-Bissau.

Em 16 de agosto de 1988 foram celebrados, no âmbito do Clube de Paris, contratos de reescalonamento da dívida de Guiné-Bissau entre o Banco do Brasil-Cacex e o Banco Nacional de Guiné-Bissau.

A atual proposta de negociação foi fruto de uma nova renegociação dos créditos brasileiros junto ao Governo guineense realizada por uma missão do governo brasileiro enviada àquele país entre os dias 20 e 24 de setembro de 1993. As condições financeiras da operação financeira são as seguintes:

a) **Valor Nominal:** US\$12.364.852,43;

b) **Valor Consolidado em 30-9-93:** US\$15.161.605,32;

c) **Reescalonamento de 100% da dívida consolidada**, abrangendo principal vincendo e juros e principal vencidos até 30-9-93, inclusive;

d) **Prazo de Maturação:** 15 anos;

e) **Prazo de Carência:** 3,5 anos;

f) **Forma de Pagamento do Principal:** 24 parcelas semestrais, consecutivas e crescentes, sendo o primeiro pagamento em 31-3-97, e o último em 30-9-2008;

g) **Taxa de Juros:** Libor para seis meses, acrescida da margem de 1,0% a.a.;

h) **Forma de Pagamento de Juros:** em parcelas semestrais, com vencimento em 31 de março e 30 de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 30-9-94;

i) **Juros de Mora:** 1% a.a. sobre a taxa de juros contratual;

j) **Opção de Pagamento do Principal e Juros com títulos da dívida externa brasileira**, através de operações de swap, ao par, com apropriação integral do desconto oferecido no mercado secundário pela República da Guiné-Bissau;

l) **Prazo para exercício da Opção de swap:** até 31-12-95, prorrogável por mútuo acordo caso a República da Guiné-Bissau permaneça adimplente com todas as obrigações do contrato.

O acordo deve ser analisado à luz da Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, que fixa normas sobre financiamento externo com recursos orçamentários da União e determina quais as informações que devem ser enviadas a esta Casa.

Segundo o Parecer PGFN/COF/Nº 917/93, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, "Constam no Acordo e no Contrato de Reestruturação cláusulas de solução arbitral de litígios, como determinado pelo art. 11 da Resolução nº 50 e ... não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública e nem contrárias à Constituição ou às leis.

Sendo a Guiné-Bissau um dos países mais pobres e mais endividados do mundo, com uma renda per capita equivalente a menos de 1/10 da brasileira, julgamos que este reescalonamento representa uma tentativa válida de adequar os desembolsos a serem efetuados pelos guineenses a sua real capacidade de pagamento, contribuindo assim para o saneamento das finanças públicas do país devedor. Opinamos pelo deferimento do pedido nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1994

**Autoriza a República Federativa do Brasil a celebrar acordo de reescalonamento dos créditos brasileiros junto à República da Guiné-Bissau no valor de US\$12.364.852,43 originários de operações de crédito à exportação realizadas ao amparo do extinto Fundo de Financiamento às Exportações — FINEX.**

O Senado Federal Resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada, nos termos do art. 152, inciso V, da Constituição Federal, a contratar operação de reescalonamento dos créditos brasileiros junto à República da Guiné-Bissau.

Art. 2º A operação financeira mencionada no art. 1º apresenta as seguintes características:

a) **Valor Nominal:** US\$12.364.852.43;  
b) **Valor Consolidado em 30-9-93:** US\$15.161.606.32;  
c) **Reescalonamento** de 100% da dívida consolidada, abrangendo principal vencendo e juros e principal vencidos até 30-9-93, inclusive;

d) **Prazo de Maturação:** 15 anos;

e) **Prazo de Carência:** 3,5 anos;

f) **Forma de Pagamento do Principal:** 24 parcelas semestrais, consecutivas e crescentes, sendo o primeiro pagamento em 31-3-97, e o último em 30-9-2008;

g) **Taxa de Juros:** Libor para seis meses, acrescida da margem de 1,0% a.a.;

h) **Forma de Pagamento de Juros:** em parcelas semestrais, com vencimento em 31 de março e 30 de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 30-9-94;

i) **Juros de Mora:** 1% a.a. sobre a taxa de juros contratual;

j) **Opção de Pagamento do Principal e Juros com títulos da dívida externa brasileira, através de operações de swap,** ao par, com apropriação integral do desconto oferecido no mercado secundário pela República da Guiné-Bissau;

l) **Prazo para exercício da Opção de swap:** até 31-12-95, prorrogável por mútuo acordo caso a república da Guiné-Bissau permaneça adimplente com todas as obrigações do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deve ser exercida num prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de janeiro de 1994. — **João Rocha, Presidente — Elcio Alvares, Relator — Magno Bacelar — Gerson Camata — Louremberg Nunes Rocha — João Calmon — Eduardo Suplicy — Ronan Tito — Meira Filho — José Fogaça — Mário Covas — Affonso Camargo — Dirceu Carneiro — Henrique Almeida — José Eduardo.**

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

Of. nº 6/94 GSGCAM

Brasília, 12 de janeiro de 1994

Senhor Presidente

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para comunicar o meu desligamento do PPR, e meu ingresso, desde o último dia 9, no PMDB.

Atenciosamente, — **Senador Gerson Camata.**

Brasília, 13 de janeiro de 1994.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, o meu desligamento do PFL, a partir de 4 de janeiro, próximo passado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração. — **Senador Francisco Rollemberg.**

Brasília, 13 de janeiro de 1994.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, o meu ingresso no Partido da Mobilização Nacional, a partir de 4 janeiro, próximo passado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração. — **Senador Francisco Rollemberg.**

RUF 33336 1201 1114 GCM/DF (R04) AMPLIATION BRASILIA/DF 1201 1200		001/001	TELEGRAMA
DESTINATÁRIO PRESIDENCIA DO SENADO FEDERAL EXNO. SR. PRESIDENTE SEN. HUMBERTO LUCENA PCA. 3 PODERES - PRESIDENCIA SENADO FEDERAL PCA 3 PODERES - SENADO 71165-900 BRASILIA/DF		Mesa Correio Eletrônico	
REMETENTE: GAB. SEN. HUGO NAPOLEAO EM COMPLEMENTAÇÃO AO OFICIO GAB - SHN - 002/93, ENVIADO A ESSA PRESIDENCIA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1993, COMUNICO A VOSSA EXCELENCIA QUE CONTINUAREI AUSENTE DOS TRABALHOS DESTA CASA A PARTIR DO DIA 17 DE JANEIRO DE 1994, EM VIRTUDE DE VIAGEM AO EXTERIORE, EM CARATER PARTICULAR. ATENCIOSAMENTE, SENADOR HUGO NAPOLEAO.		113 JAN 1994	
REMETENTE T613452-2 ASSINANTE TELEX		CORREIOS	

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — As Comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, lido o seguinte  
Of. GL PFL nº 10/94

Brasília, 13 de janeiro de 1994.

Senhor Presidente,

Tendo em vista o desligamento do ilustre Senador FRANCISCO ROLLEMBERG do Partido da Frente Liberal, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que S. Exª continuará integrando, por cessão do PFL, a Comissão Mista destinada a apurar denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos a respeito da destinação de recursos do Orçamento da União.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Marco Maciel, Líder do PFL no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 15, DE 1994

Nos termos dos arts. 216 e 238 do Regimento Interno, formulo o seguinte a ser encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores:

1) São verídicas as informações publicadas pela *Gazeta Mercantil*, de 27 de dezembro de 1994, sob o título "Itamaraty Reedita Revista para Promover Comércio", assinadas por Maria Helena Tachimardi, conforme cópia em anexo?

2) Quais as razões que levaram o Ministério das Relações Exteriores a suspender a publicação de sua revista de comércio exterior ao final da década de 60?

3) Como pretende o Itamaraty financiar, editar, imprimir e divulgar as revistas citadas na reportagem da *Gazeta Mercantil*?

4) Não existem publicações voltadas ao comércio exterior editadas por empresas nacionais dignas de aproveitamento, por parte do Itamaraty, para os objetivos de promoção comercial e de investimentos?

5) Quantos servidores públicos trabalharão na produção das citadas publicações, incluindo serviços de administração, editoração, traduções e industriais?

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 1994. — Senador Jutahy Magalhães.

## Itamaraty reedita revista para promover comércio

por Maria Helena Tachimardi  
de Brasília

A velha publicação do Itamaraty "Como exportar" — uma brochura com informações sobre os países importantes para o Brasil do ponto de vista comercial, com dados geográficos, econômicos, políticos e comerciais — será reeditada. A revista "Brasil", que deixou de circular em 1988, também voltará a ser oferecida aos empresários brasileiros e estrangeiros, em inglês e em português, com novo nome, provavelmente "Brasil, Economia e Negócios".

Essas são algumas das novas ideias do Ministério das Relações Exteriores para promover o comércio exterior, aproximar a oferta brasileira da demanda externa, divulgar institucionalmente imagem favorável do Brasil como país exportador e promover investimentos com o objetivo de conseguir transferência de tecnologia.

Em 1994, o Departamento de Promoção Comercial da Chancelaria promoverá seminários para captar investimentos estrangeiros em Barcelona, Paris, Madrid, Chicago e Buenos Aires. Programa também um grande seminário sobre tendências do comércio mundial, sobretudo depois da definição da Rodada Uruguai. Livro Comércio da América do Norte (Nafta). O governo brasileiro ficará atento em relação ao tratamento que os EUA dão ao México em matéria de sucro de cana-de-açúcar. "O tratamento dispensado a esses produtos vai moldar um padrão que poderá ser aplicado também ao Brasil", comenta uma fonte diplomática.

Apesar de hoje as grandes empresas terem "exceções" para captar oportu-

## PESQUISA DE MERCADO

por Maria Helena Tachimardi  
de Brasília

O serviço denominado Prospeção de Mercado para Produtos Seleccionados (PPS) oferece pesquisas e pesquisas sobre 26 produtos selecionados e destina-se sobretudo aos pequenos e médios empresários.

O Informe Básico sobre Produtos (IBP) é um levantamento de dados sobre o produto, destinado a atender a pesquisas pontuais de empresas brasileiras sobre a colocação de seus produtos em mercados específicos.

O Itamaraty oferece também boletim de concorrência pública, boletim de informações de projeto, boletim de acompanhamento de projeto e ficha técnica de projeto, elaboradas a partir de informações do banco de dados "Scan-BID". Esse conjunto de boletins visa acompanhar, especialmente em países em desenvolvimento, projetos de consultoria ou execução de serviços de construção e montagem industrial, inclusive exportação de bens de capital vinculados a concessões públicas no exterior.

As informações sobre cada projeto têm origem nos postos do exterior e em organismos financeiros internacionais e são transmitidas via Sistema de Processamento Eletrônico de Dados de Promoção Comercial (SPEPC) ou diretamente, mediante o Departamento de Promoção Comercial. As informações são divulgadas às empresas e entidades da classe cadastradas no Itamaraty.

Atualmente, no comércio exterior, o Itamaraty tem uma capacidade interpretativa sobre a realidade do comércio mundial que não deve ser desperdiçada pelas empresas, líderes e ministros. Celso Moraes Vieira de Sousa, chefe do Departamento de Promoção Comercial (Saetoma) é visto — 108 pontos ao redor do mundo — e que faz com que um diplomata que esteja sediado na Malásia, por exemplo, tenha informa-

ções sobre a economia, o comércio e as oportunidades naquele país.

O Itamaraty trabalha com o programa Prospeção de Mercado para Produtos Seleccionados (PPS), com um informe básico sobre produtos (IBAP), com boletins para serviços, cadastros, centro de documentação de comércio exterior e publicações. Além disso, existe o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia (SIPRI).

Ao exame da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 16, DE 1994

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 1º, do art. 13, do Regimento Interno, seja considerada como licença autorizada minha ausência aos trabalhos da Casa nos dias 9, 22, 23, 27 e 30 de dezembro de 1993; e 3, 5, 6 e 10 de janeiro de 1994.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 1994. — **Nelson Carneiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — A votação do requerimento lido fica adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 17, DE 1994

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 97 e 165, de 1992, uma vez que tratam da mesma matéria (fixação de características nas emissões de moeda e de papel-moeda para identificação pelos portadores de deficiência visual).

Brasília, 17 de janeiro de 1994. — **Almir Gabriel**, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, letra c, nº 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Of. 012/GLPSDB/94

Brasília, 5 de janeiro de 1994

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais e em substituição à designação efetuada por Vossa Excelência, indicar os nobres Senadores **MÁRIO COVAS** e **ALMIR GABRIEL** para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, comporem a Comissão especial mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 405, reedição da MP 392.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **Mário Covas**, Líder do PSDB.

Brasília, 17 de janeiro de 1994

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para solicitar seja designado o Deputado Fernando Carrión em substituição ao Deputado Leomar Quintanilha, na qualidade de suplente deste Partido na CPI do Orçamento.

Atenciosamente, — Deputado **Gerson Peres**, no exercício da Liderança.

Ofício nº 040/94.

Brasília, 13 de janeiro de 1994

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício nº 033, de 7 de janeiro de 1994, tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, pelo Partido Progressista Reformador — PPR, a Deputada **CÉLIA MENDES**, em substituição ao Deputado **DJENAL GONÇALVES**, e o Deputado **JOÃO RODOLFO**, em substituição à Deputada **CÉLIA MENDES** para integrarem como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 408, de 7 de janeiro de 1994, que “altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências”.

Assim, o PPR será representado na referida Comissão pela Deputada **CÉLIA MENDES** e pelo Deputado **JOÃO RODOLFO**.

Atenciosamente, Deputado **José Luiz Maia**, Líder do PPR.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em sua reunião do dia 12 do corrente, os Requerimentos de Informações nº 1.434, 1.442 a 1.444, de 1993, e 1, de 1994, dos Senadores Gilberto Miranda, Josaphat Marinho e Esperidião Amin, aos Ministros que mencionam.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — A Presidência recebeu do Governo do Estado de São Paulo o Ofício nº S/25, de 1994 (nº 2/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardará a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — A Presidência recebeu do Governo do Estado da Paraíba os Ofícios nº S/26 e S/27, de 1994 (nº 10 e 11/94, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possa realizar operações de crédito com o BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e com a EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo, para os fins que especifica.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardarão a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 36, de 1994 (nº 33/94, na origem), de 13 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até trezentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Saneamento Básico da Bacia da Baía da Guanabara.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — A Presidência recebeu, da Prefeitura Municipal de Sinop (MT), o Ofício nº 5, de 1994, solicitando a retificação do Ofício nº S/88, de

1993 (nº 342/93, na origem), que trata de autorização para contratar operação de crédito, para os fins que especifica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, onde continuará aguardando a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Bahia comemora, durante este mês de janeiro de 1994, o centenário de nascimento de um dos seus filhos mais ilustres deste século, um dos homens que mais contribuiu para o desenvolvimento da educação e da cultura, não somente daquele Estado do Nordeste, mas, também, da educação e da cultura nacionais, pela dimensão de sua obra, cujos benefícios se transmitiram ao País, e pelos cargos em nível federal que exerceu, onde deixou as marcas indeléveis da sua prodigiosa inteligência, criatividade e visão de futuro.

Nascido no Distrito da Sé, no secular Pelourinho, a 5 de janeiro de 1894, formado em Medicina em 1917, doutorado pela Universidade de Coimbra, insigne médico, tinha na Medicina e no magistério o ideal de sua vida; um dos maiores e mais queridos nomes da cultura baiana, chegando a exercer o cargo de Ministro da Educação no Governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, membro e Presidente do Conselho Federal de Educação. A sua obra imortal foi a fundação da Universidade Federal da Bahia, da qual foi o primeiro Reitor, ocupando esse cargo por quinze anos, durante os quais acrescentou às obras de sua vida extensa lista de realizações importantíssimas para o desenvolvimento do ensino, da educação, das ciências, da cultura na Bahia, no Nordeste e no Brasil.

De sua imensa obra, há que se ressaltar as seguintes:

Sendo catedrático, por concurso, de "Patologia Clínica", em 1922; depois, de "Clínica Cirúrgica", em 1934; especializado nas Universidades de Paris, Lyon e Berlim; foi Diretor do Departamento de Assistência Social do Estado; Diretor do Pronto-Socorro, construindo o mais completo hospital de sua época, Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia e fundador da Universidade Federal da Bahia, sendo o seu reitor por cinco mandatos sucessivos.

Ainda fazem parte da constelação dos seus feitos as seguintes realizações: o Hospital das Clínicas, a Escola de Enfermagem, a Escola de Belas Artes; a federalização da universidade; o Palácio da Reitoria; o campus universitário; a Faculdade de Odontologia; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Ciências Econômicas; a Escola Politécnica; os Seminários Livres de Música; a Escola de Teatro; a Escola da Dança; o Instituto de Cultura Hispânica; o Instituto Franco-Brasileiro (Casa da França); o Instituto de Estudos Norte-Americanos; o Instituto de Orientação Vocacional; o Instituto de Cultura Portuguesa; o Centro de Estudos Afro-Orientais; o Laboratório de Fonética Experimental; o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais; a Escola de Geologia; a Escola de Biblioteconomia; o I Congresso de Língua no Teatro; o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros; a Restauração do Convento Santa Tereza; a instalação do Museu de Arte Sacra; a Faculdade de Arquitetura; a Escola de Administração; o Instituto de Química, Física e Matemática; a Escola de Balé; a Orquestra Sinfônica e muitos outros projetos e realizações de grande importância.

A obra do Professor Edgar Santos se confunde com a própria história contemporânea dos avanços ocorridos no

desenvolvimento cultural, educacional e científico da Bahia e do Brasil.

Lamentei profundamente, Sr. Presidente, não ter acompanhado à missa que foi celebrada no dia 5 de janeiro pelo Cardeal D. Lucas Moreira Neves, na Capela do Convento de Santa Tereza, como parte da abertura da programação comemorativa do Centenário de Nascimento do Professor Edgar Santos, à qual compareceram, além de várias autoridades, antigos colaboradores, ex-alunos, amigos, intelectuais e políticos, que se juntaram aos seus familiares, entre os quais o ilustre Professor Roberto Santos, seu filho, que também foi Relator da Universidade Federal da Bahia, Ministro de Estado e Governador.

Não fui a essa celebração, Sr. Presidente, como seria do meu desejo, porque encontrava-me no exterior, pois, além de amigo, admirador e ex-aluno desse insigne Mestre, ele foi uma inspiração e um exemplo em minha vida, meu conselheiro e protetor, no meu tempo de universidade, como se fosse o meu segundo pai.

Dele jamais me afastei e, desde então, tornei-me seu amigo próximo, desfrutando da intimidade e convivência da sua casa, de seus projetos, cujas realizações acompanhei com admiração e entusiasmo.

Na longa programação comemorativa, em que serão lembrados e reverenciados ele e sua obra imortal, a sua figura humana e sábia, a sua vida e o seu exemplo, a Bahia, mais uma vez, faz justiça a esse seu filho extraordinário e divulga, para todo o País, a importância do que realizou em benefício de sua Pátria, no campo da educação, da cultura, da Medicina e das demais ciências.

**O Sr. Nelson Carneiro** — V. Exª me concede um aparte, Senador Lourival Baptista?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Com prazer, eminente Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Quero felicitá-lo por reviver, nesta Casa, — para o nosso conhecimento e do País — a trajetória brilhante de Edgar Santos a serviço da Bahia, da cultura e da ciência médica. V. Exª — como antigo discípulo, amigo, admirador constante, afeiçoado de Edgar Santos — resgata uma vida, com a memória daquele ilustre baiano que tanto serviu à Bahia e deixou, para continuar a sua obra, seu ilustre filho, o Dr. Roberto Santos. Parabéns a V. Exª. Quero rejubilar-me com a sua atitude neste momento.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Grato a V. Exª pelo seu aparte, que enriquece o meu pronunciamento.

Eminente Senador Nelson Carneiro, V. Exª, baiano que é, conheceu Edgar Santos; tem conhecimento do que ele realizou e o que fez pela cultura. Os cargos que exerceu, exerceu-os com dignidade, lembrando-se sempre da Bahia.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Exª me permite um aparte, Senador Lourival Baptista?

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — Com prazer, eminente Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Lourival Baptista, V. Exª, hoje, traz a este Plenário um pronunciamento de homenagem a uma das maiores figuras que tivemos na nossa Bahia; que aprendi a admirar, a respeitar através de meu pai, que nunca se cansou de — lá na nossa casa, no meio da família — dizer que Edgar Santos era o exemplo de administrador que poderíamos ter em qualquer setor da vida pública.

Foi um homem realizador, batalhador; construiu aquela Universidade Federal da Bahia; ligado à Faculdade de Medicina, e depois se transformou no primeiro e grande reitor daquela Universidade, pelo seu trabalho e dedicação. Todavia, para isso, contou com alguns amigos, e entre eles V. Ex<sup>a</sup> e o ex-Senador Ruy Santos. Ele e V. Ex<sup>a</sup> ajudaram-no, como o meu pai também o fez na Câmara Federal. Porém, ajudaram-no com uma dedicação especial, reconhecida não apenas por ele, mas por todos aqueles mestres da Universidade da Bahia, que reconhecem também o esforço que V. Ex<sup>a</sup> fez para conseguir ajudar Edgard Santos a criar aquela obra magnífica no nosso Estado. Estou aguardando, inclusive, o recebimento do livro que foi publicado por seu filho, o ex-Governador da Bahia Roberto Santos, figura de dedicação ao Magistério, e também um grande cientista que honrou o nome de seu pai. Entre as homenagens que estão sendo prestadas na Bahia pelo centenário de Edgard Santos, inclui-se a publicação da sua biografia, sobre a qual espero, com certo vagar, fazer também um pronunciamento, com o objetivo de prestar a minha homenagem ao nosso magnífico Reitor Edgard Santos. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, que dá mais uma demonstração de fidelidade àquele amigo de quem foi companheiro até o final da sua vida.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** — O aparte de V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Jutahy Magalhães, comove-me, com suas palavras relembrando Edgard Santos, grande amigo do seu pai, o então Governador Juracy Magalhães.

Sei do que seu pai fez por Edgard Santos, do muito que o ajudou, apoiando-lhe em tudo; laços de amizade que fizeram com que Edgard Santos realizasse tão grande obra à frente da Faculdade de Medicina da Bahia, como seu diretor e, depois, como Reitor da Universidade Federal da Bahia. As obras lá estão, e Edgard Santos continua. E eu, aluno que fui daquela Faculdade, também a ela sou ligado, pois sou um daqueles que tem um diploma, conferido pela Universidade Federal da Bahia, como membro emérito.

Assim, eminente Senador Jutahy Magalhães, as palavras de V. Ex<sup>a</sup> enriquecem por demais este meu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> falou justamente sobre coisas a que aqui não me referi: todavia, sei da amizade que ligava o seu querido pai, o ex-Governador Juracy Magalhães, e o meu prezadíssimo amigo Edgard Santos e da ajuda que lhe deu nos cargos que exerceu. Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Jutahy Magalhães.

Desta tribuna, Sr. Presidente, quero fazer este registro e expressar as minhas saudades, associando-me às homenagens que estão sendo prestadas à memória do Professor Edgard Santos, aplaudindo todas as iniciativas que visem a comemorar o Centenário desse insigne baiano e grande brasileiro.

Finalizando, envio meu abraço fraterno e solidário aos familiares do saudoso Professor, na pessoa do seu filho, meu dileto amigo Professor Roberto Santos, e peço a transcrição, com o meu pronunciamento, dos seguintes artigos publicados pela imprensa da Bahia sobre esse evento:

“Centenário de um Mestre”, autoria de Simone Ribeiro, edição de 5-1-94, do jornal *A Tarde*;

“Edgard Santos que Conheci”, autoria de Antônio Carlos Magalhães, edição de 7-1-94, *idem*;

“Edgard Santos, dificuldades e incompreensões”, autoria de Pedro Moacir Maia, edição de 8-1-94, *idem*;

“Missa nos 100 anos do primeiro Reitor”, edição de 9-1-94, *idem*;

“O Reitor Magnífico”, autoria de Antônio Celestino, edição de 11-1-94, *idem*;

“A Universidade de Edgard Santos”, autoria de Thales de Azevedo, edição de 14-1-94, *idem*.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:**

## EDGARD SANTOS

### O CENTENÁRIO DE UM MESTRE

O ano de 1994 marca o centenário de nascimento do fundador da UFBA, Edgard Santos. Na entrevista abaixo, o professor Roberto Santos dá um testemunho sobre o papel exercido por seu pai no desenvolvimento cultural da Bahia.

**Simone Ribeiro**

Em 1946, a Bahia dava um passo em direção ao futuro. O mesmo homem que finalizava a construção do Hospital das Clínicas voltava os olhos para mais uma obra revolucionária: a Universidade Federal da Bahia. Durante 15 anos como reitor da UFBA, o ex-diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, Ministro da Educação no governo Vargas e presidente do Conselho Federal de Educação, Edgard Santos, erigiu prédios, promoveu a Bahia e, principalmente, fincou bases para o surgimento de um espírito universitário.

Nascido no dia 8 de janeiro de 1894, o fundador da UFBA possuía uma grande virtude: sua formação profissional não se limitava à Medicina. Sintonizado com o mundo, soube nomear mestres capazes de despertar a vocação do povo baiano para a arte. Foi assim que para a primeira escola de dança de nível superior do País, para os seminários de música — que mais tarde dariam origem à Escola de Música — e para a Escola de Teatro trouxe, respectivamente, pessoas como a polonesa Yanka Rudzka, o maestro Hans Koellreutter e o professor Martim Gonçalves. Sobre essa época, gente como o cantor e compositor baiano Caetano Veloso fala com entusiasmo. A UFBA ganhou uma projeção internacional jamais vista. Em 1959, realizou-se em Salvador o IV Colóquio Luso-Brasileiro, reunindo figuras expressivas de diferentes partes do mundo e dos centros de cultura mais importantes do Brasil.

Em 1961, Edgard Santos, empolgado com o projeto de formação da Universidade de Brasília, voltada para os setores básicos do conhecimento, pensou em imprimir à UFBA algumas reformas. Por decisão do então Presidente da República, Jânio Quadros, aquele que seria seu último mandato foi interrompido. Consequência ou não do abalo, falecia um ano depois. Hoje, a partir das 20 horas, no Museu de Arte Sacra, mais uma das importantes criações de Edgard Santos, a UFBA abre o programa comemorativo do centenário de seu fundador. Nesta entrevista, o ex-governador do estado, médico, reitor da UFBA entre 1967 e 1971, o professor Roberto Santos dá um testemunho valioso sobre a contribuição de seu pai para o desenvolvimento cultural da Bahia.

— **Indícios históricos mostram que a Universidade da Bahia nasceu junto com o descobrimento do Brasil. Com que forças o senhor acredita ter contado seu pai para criá-la, em 1946?**

**Roberto Santos** — Realmente. Ainda no século XVI aqui existia um colégio de jesuítas que oferecia cursos de doutorado, cujo programa era compatível ao da Universidade de Coimbra. Os baianos pretenderam o reconhecimento desses cursos como de nível universitário, mas a Metrópole não estimulou a aspiração. No começo do século passado, o príncipe

regente criou uma Academia Militar Médico-Cirúrgica, a primeira instituição de nível superior no Brasil, precursora da atual Faculdade de Medicina da UFBA. Anos depois, foram criadas escolas de formação profissional que não se juntavam em universidade. Em pouco tempo, passaram a desempenhar um papel importante na sociedade, adquiriram prestígio, desestimulando de algum modo certas pretensões para a implantação de uma universidade. Somente na década de 30 começaram a funcionar as primeiras universidades no Brasil. Em 1945, o País teve um grande avanço político. Em 46, foi eleito o presidente Eurico Dutra, que chamou para Ministro da Educação o Professor Ernesto de Souza Campos, um defensor da criação de novas universidades no Brasil. Professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, havia visitado a Bahia várias vezes a convite de meu pai, que levou a ele a aspiração dos baianos de que aqui existisse uma universidade. No dia 2 de julho de 1946, ela foi instalada pela aglutinação de escolas de nível superior que já existiam na cidade.

— A criação da Universidade foi o grande sonho de Edgard Santos?

RS — Foi. A Faculdade de Medicina era a mais destacada das que existiam aqui e ele sonhava que ela liderasse o movimento de constituição de uma universidade, que ultrapassasse os objetivos mais imediatos das escolas existentes, concentradas na formação de profissionais das respectivas carreiras, mas em que não havia um programa cultural mais amplo.

— A sensibilidade que ele demonstrava pela arte vem de quando?

RS — Já vinha de longa data. Sua formação profissional nunca foi limitada à especialidade que escolheu. Ele tinha um enorme empenho de estar constantemente importando livros, recebendo pessoas, em contato com informações que pudessem alargar seus horizontes. Era uma pessoa bem informada em assuntos de arte. Essa capacidade que ele mostrou mais tarde de liderar um movimento cultural tem suas raízes. Além de revistas médicas, ele recebia revistas de informação geral, dentre elas uma francesa, chamada *Illustration* que, quinzenalmente ou mensalmente trazia um encarte, quase sempre sobre peças de teatro. Nos fins de semana, ele lia aquele encarte de ponta a ponta. Ele também se relacionava muito com embaixadas e representações estrangeiras no Brasil.

— Dentro do conjunto das escolas de arte havia alguma pela qual Edgard Santos demonstrava predileção?

RS — Ele freqüentava os ensaios de todas elas com o mesmo interesse. Fora da área das artes, ele teve um empenho mais especial pela Unidade de Enfermagem. Quando ele assumiu a reitoria não havia escolas de enfermagem. Existiam pessoas que ou eram "importadas" ou, pelo convívio em ambientes médicos e cirúrgicos, tinham desenvolvido alguma técnica. Da forma como ele idealizou o Hospital das Clínicas, a enfermagem era indispensável.

— É possível definir a filosofia do educador Edgard Santos?

RS — Ele tinha uma grande preocupação porque existiam oportunidades para os estudantes que demonstravam capacidade mas não tinham condições de se manter. Um aspecto importante da atuação dele foi o Serviço de Assistência ao Estudante. Ele criou a Residência do Universitário, da Universitária, o Restaurante Universitário e o Serviço Médico

da Universidade. Você dirá que isso não é uma filosofia de educação, mas é uma sensibilidade para a nossa realidade. Ele era uma pessoa de enfrentar os problemas com medidas práticas, muito mais do que com elucubrações de ordem intelectual.

— Como o senhor analisa a questão das verbas para a UFBA no período em que Edgard Santos esteve à frente da instituição, no seu período e no momento atual?

RS — Na época de meu pai, os recursos vinham para cá predominantemente em função de um grande esforço que ele fazia. Ele se relacionava muito bem, era próximo a Presidentes da República, Ministros da Educação, de ordem que conseguia trazer muitos recursos. No meu tempo as verbas eram relativamente suficientes, mas já havia uma nova fase. No tempo de meu pai, o corpo discente era reduzido e o curso de segundo grau de elite. A Lei de Diretrizes e Bases permitiu uma expansão desse curso. Surgiram nas portas do vestibular levadas maiores de alunos. Foi preciso expandir o número de vagas e de cursos. Tínhamos bastante dinheiro, mas menos dinheiro, relativamente, para atividades culturais. Agora, é um problema terrível. O dinheiro que existe é absorvido para o pagamento de pessoal.

— Quais as aspirações que Edgard Santos possuía ao assumir o Ministério da Educação no governo Vargas?

RS — Ele esteve como Ministro por pouco tempo, num período agitado da vida nacional. No seu discurso de posse, a ênfase maior é na necessidade de estender os benefícios da educação a uma grande faixa da população brasileira.

— Edgard Santos deixou alguma aspiração que não pôde realizar, ao morrer em 1962?

RS — Sim. Em 61, ele já tinha 15 anos de reitoria e o Presidente Jânio Quadros não era simpático à permanência dos reitores que estavam há muito tempo no cargo. Por decisão do Conselho Universitário seu nome foi o primeiro da lista, mas Jânio nomeou outro. Esse mandato cortado seria o último. Meu pai estava com 67 anos e com mais três anos se aposentava. Para o final de gestão, ele havia preparado um programa na linha da Universidade de Brasília, idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Enquanto as outras universidades da época começavam pela aglutinação das escolas existentes, Brasília investia inicialmente nas ciências básicas: Matemática, Física, Química etc, deixando para depois Direito, Engenharia e tudo o mais. O atraso na criação de universidades no Brasil resultou que o País só tardiamente começasse a cuidar dos setores básicos. O Brasil tinha bons médicos, bons engenheiros práticos, mas não tinha pesquisa na área tecnológica. Até hoje o País não tem nenhum Prêmio Nobel. A ideia de Brasília era começar algo novo. Meu pai se empolgou e passou a idealizar como aplicar isso a uma universidade já formada e criou o Instituto de Física, o Instituto de Matemática, que funcionavam, naquele momento, à margem do restante.

— A não-permanência na UFBA o abalou?

RS — Sim. Ele não se reconduziu, não tinha outra atividade. A vida dele era aquilo. Não tinha nem aonde ir a um escritório... Passou a ficar em casa até que, alguns meses depois, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases, em 61, que criou o Conselho Federal de Educação. Ele foi convidado para ser conselheiro e logo depois escolhido para presidente.

— **Edgard Santos deixou poucos escritos a respeito de suas obras, de sua experiência como administrador e homem de universidade. Por quê?**

**RS** — Ele fez muitos discursos, abriu e fechou eventos e congressos, mas não se preocupava em guardar e catalogar esse material. Quando deixou a reitoria, de forma inesperada, vários amigos dele, assim como eu insistimos para que escrevesse um depoimento sobre a experiência extraordinária que teve, mas ele resistiu. Ele olhava muito para a frente, queria fazer mais, não se preocupava tanto em registrar, comentar e criticar o que havia passado.

— **Com tanto zelo por suas criações, acompanhamento pessoal em muitas delas, sobrava tempo na vida de Edgard Santos para o convívio em família?**

**RS** — Sobrava. Tínhamos uma vida em família intensa. Para lhe dar um exemplo, meu pai era muito ligado ao pai dele. Morávamos na Barra e meu pai trabalhava no Terreiro, na Faculdade de Medicina e no Hospital Santa Izabel. Para chegar ao local de trabalho, ele passava pela Avenida Sete, no trecho das Mercês, onde morava meu avô. Ele fazia isso de manhã, na ida e na volta, pois, almoçava em casa. De tarde, era o mesmo trajeto. Nessas quatro vezes, ele parava na casa de meu avô.

### PROGRAMAÇÃO

Ao longo de 1994, a Universidade Federal da Bahia vai promover uma série de homenagens a seu fundador, Edgard Santos. A solenidade de abertura do programa comemorativo será realizada hoje, às 20 horas, no Museu de Arte Sacra, Igreja e Convento de Santa Tereza. Do programa constam os seguintes eventos:

— Concerto da Orquestra Sinfônica da UFBA e do Madrigal. Sob a regência do maestro Erick Vasconcelos, será executada a "Missa da Coroação", de Mozart.

— Inauguração da exposição "Edgard Santos Vida e Obra", organizada pelo diretor da Escola de Belas Artes, Juares Paraíso.

— Lançamento de uma biografia sobre Edgard Santos, **Vidas Paralelas**, escrita por Roberto Santos.

— Apresentação do projeto e da maquete do Espaço Cultural Edgard Santos, que está sendo construído pela UFBA no Campus de Ondina, e dos estatutos da Fundação Cultural Edgard Santos.

O pró-reitor de extensão da UFBA, Armindo Bião, lembra que o Centenário vai englobar também a Conferência Baiana dos Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil, evento que ocorrerá no período de 18 a 21 de janeiro no Salão Nobre da Reitoria.

**A Tarde** — Sexta Feira, 7-1-1994

### EDGARD SANTOS QUE CONHECI

**Antônio Carlos Magalhães**

Quando, em 1894, nascia no Distrito da Sé, mais precisamente no Pelourinho, Edgard Rego Santos, surgia para a Bahia um portador do futuro e uma personalidade que figuraria nas melhores páginas da onomástica nacional. Com sua figura renascentista, criador e renovador de idéias, fatos e costumes, não estaria mal situado nas cortes florentinas, onde se plasmou o sentido estético da vida moderna e se moldou a mentalidade humanista que rompeu as velhas estruturas medievais e apontou para o homem os caminhos da beleza

da vida, fazendo-o pensar mais em si próprio do que nas promessas da eternidade.

Sabia que trazia consigo uma obra e um destino e os dedicou à Bahia, a que se consagrou inteiramente, transformando o ensino superior em nossa terra em algo moderno e digno, exemplo para o Brasil que então procurava sua verdadeira identidade no torvelinho das contradições ideológicas.

Visionário e precursor, sua importância transcende os limites cronológicos de sua época. Adiantou-se muito em relação aos seus contemporâneos e, ainda hoje, seus rasgos de modernidade nos deixam surpreendidos. Quebrando cadeias do obscurantismo, enamorado da vida, espírito fértil em planos e projetos, com uma compreensão intuitiva da sua força e do seu ideal, realista quanto às fraquezas dos homens, tinha uma vontade de ferro e flexível paciência para atrair e vencer adversários obstinados. Não "lavrava nas águas do mar" e, pragmático e vitorioso, com ele vimos surgir na Bahia a imagem do reitor moderno.

Criar foi o grande romance de sua vida, desse homem que sem ser o mais dotado intelectualmente da sua geração foi o sábio construtor da nova realidade cultural da Bahia e incentivador das coisas do espírito e da inteligência em nossa terra. Sua figura histórica cresce com a passagem dos anos e é preciso reconhecer e ressaltar que, à semelhança do pobrezinho de Assis, "não lhe interessava a fraqueza dos homens mas a sua força, não lhe interessava a lealdade de vida mas a sua beleza".

Só os principiantes sem futuro ou os velhos falhados, sombrios provincianos, retrógrados e mentalmente padronizados poderão contestar a influência decisiva de Edgard Santos na modernização do ensino superior na Bahia, na ampliação dos seus horizontes, na melhoria da sua qualidade, na criação de novos padrões universitários e de tantos e variados organismos de instrução superior, que contrastavam com o marasmo e a rotina ancestral que tornavam as nossas Faculdades relíquias mutiladas de um orgulhoso tempo incrustado nas sombras de um remoto passado.

Médico, diplomado em 1917, catedrático, por concurso, de "Patologia Cirúrgica", em 1922, depois de "Clínica Cirúrgica", em 1934, especializado nas Universidades de Paris, Lion e Berlim, diretor do Departamento de Assistência Social, diretor do Pronto-Socorro, em cuja gestão construiu, no gênero, o mais completo hospital do Brasil àquela época, diretor da Faculdade de Medicina em 1936, tornou-se responsável por uma série de construções e realizações que se sucediam e se multiplicavam, com tal rapidez, que em pouco tempo se transformou a fisionomia do nosso Estado, colocando-o científica e culturalmente na vanguarda da inteligência nacional.

Jamais, no Brasil, alguém fez tanto por seu Estado, e em tão pouco tempo, nesses aspectos, quanto Edgard Santos, que parecia guiado, milagrosamente, pela mão de Deus. Assim, como que brotaram, pela força telúrica da natureza, o Hospital das Clínicas, a Universidade da Bahia, de que foi o seu primeiro Reitor e no cargo permaneceu cinco gestões sucessivas, a Escola de Enfermagem, a Escola de Belas Artes, a federalização da Universidade, quando deixou de ser um simples conglomerado, o Palácio da Reitoria, o **campus** universitário, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola Politécnica, os Seminários Livres de Música, a Escola de Teatro, a Escola de Dança, o Instituto de Cultura Hispânica, o Instituto Franco-Brasileiro (Casa da França), o Instituto de Estudos Norte-A-

americanos, o Instituto de Orientação Vocacional, o Instituto de Cultura Portuguesa, o Centro de Estudos Afro-Orientais, o Laboratório de Fonética Experimental, o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, a Escola de Geologia, a Escola de Biblioteconomia, o Iº Congresso de Língua Falada no Teatro, o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, a restauração do Convento de Santa Tereza e instalação do Museu de Arte Sacra, a Faculdade de Arquitetura, a Escola de Administração, o Instituto de Química, Física e Matemática, a Escola de Balé, a Orquestra Sinfônica, tantos bores que não parecem coisas do engenho de uma só pessoa, mesmo inspirada e iluminada pela graça dos céus.

Sendo Magalhães Netto um dos maiores e melhores amigos de Edgard Santos, transmitia aos filhos o afeto e a admiração que nutria pelo seu companheiro de congregação. Conforme declarei por ocasião de sua morte, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, "logo que ingressei na Faculdade, Mestre Edgard sentiu que a minha vocação não seria a Medicina e sim a Política, e passou a me ensinar a mais difícil e importante das matérias: vida. Com uma experiência excepcional, inteligência arguta, o Mestre sabia planejar e atingir os objetivos. Vivi na intimidade do seu lar e pude conhecer todas as facetas do grande Chefe. Por isso, os que lidavam com ele o amavam".

Que se me permita dizer que, ninguém, melhor do que eu, pode falar de Edgard Santos, sem que as lágrimas, a toldarem-me os olhos, influam na fidelidade do meu depoimento ou na isenção das minhas reminiscências. Do seu convívio, ainda muito jovem, lembro-me comovido das nossas andanças diárias pela Avenida Presidente Vargas, pelos corredores da velha Faculdade de Medicina ou do Hospital das Clínicas, ou no **campus** universitário, quando suas palavras amigas, paternas, me infundiam coragem e confiança, e me despertavam a certeza de que a nossa amizade frutificaria e seus conselhos e advertências não estariam caindo em solo estéril. Recordo-me, também, com juvenil alegria, os nossos passeios de automóvel pela cidade insuspeita e as visitas que diariamente fazíamos ao Hospital Espanhol, de que se orgulhava ser seu abnegado diretor.

Bem mais moço, ufanava-me ser o confidente de um homem ilustre, um dos pontos de referência em nossa terra, obstinado e aparentemente sem emoção, que jamais fracassou numa missão, jamais parou no caminho e friamente, sem pompas ou cerimônias, sempre chegou aonde queria, com imaginação, força de caráter, personalidade e firmeza de vontade. Esse orgulho se tornou mais intenso quando coube a meu pai recebê-lo na Academia de Letras da Bahia, à sua posse em 9 de março de 1959, ficando os discursos pronunciados entre os mais aplaudidos na crônica da ilustre congregação.

Tem se dito, repetidamente, através dos tempos, que nenhum homem pode gabar-se de conhecer o fundo da ingratidão. Mas, Edgard Santos veio a conhecê-lo, quando a mesquinhhez e a inveja conspiraram para usurpar-lhe a Reitoria, um episódio de triste memória que magoou e maltratou a Bahia, humilhou os seus sentimentos e condenou a Universidade, por certo tempo, à estagnação e mesmo à mutilação e cruel desintegração. Poucas vezes se levantaram a seu lado, num momento em que o nosso Estado lhe devia indignada solidariedade. A minha revolta, porém, e a minha repulsa chegaram até o Presidente da República, condenando-lhe o ato de lesarrazão, ao cometer a injustiça de não reconduzir, mais uma vez, Edgard Santos à Reitoria da Universidade Federal da Bahia, com que ele se confundia e se identificava como o

autor da sua grandeza e da sua projeção. Minha reação foi isolada mas veemente, partida de um deputado federal em seu primeiro mandato (1961), contra um Presidente todo-poderoso, cortejado e temido num Brasil que o havia ungido com expressiva votação popular, e os termos inconformados do meu telegrama ecoaram na imprensa brasileira, surpreendida com a altivez e o destemor do noviço deputado.

Hoje, quando o meu querido amigo completaria cem anos, posso lhe dizer, como se estivéssemos lado a lado, nos saudosos tempos da minha mocidade, que aquele jovem que o escutava, com respeito e admiração, não o decepcionou na sua crença e não traiu as suas esperanças. Seguindo seus conselhos e sua orientação, seus exemplos de vida, renovou seu mandato de deputado federal, tornou-se Prefeito de Salvador, Governador do Estado por três vezes, Presidente da maior empresa estatal do setor elétrico do País e Ministro de Estado. Dir-lhe-ia, também, com o maior orgulho e contentamento, convicto de ser a melhor homenagem à sua memória e à sua sensibilidade, que o Pelourinho, onde ele nasceu e viu progressivamente degradar-se, está recuperado na sua grandeza e na sua beleza arquitetônica, que a Orquestra Sinfônica e a Escola de Balé, que ele criou, não são mais peças de museu ou meras inscrições em catálogos empoeirados. Vivem em sons e coreografias, concertos e recitais, e em homenagem ao seu centenário de nascimento apresentar-se-ão no Teatro Castro Alves, restaurado e modernizado pelo mesmo jovem que, sem jamais esquecer suas esplêndidas lições, recuperou, também, em seu Governo, a sede do Instituto Histórico e doou à Academia de Letras da Bahia a magnífica sede em que ela hoje se reúne.

Edgard Santos é para mim uma lembrança permanente, uma saudade imorredoura. Como gostaria de ver a alegria daquele menino, nascido na velha Sé de veneráveis casarões, passeando hoje sua heráldica figura na mesma paisagem, restaurada e devolvida ao seu esplendor antigo, onde passou a sua infância e a sua adolescência, caminhando sobre as pedras do passado, procurando ansioso a casa onde nasceu para a esperança e de onde saiu, com o colorido da paixão e o sangue da vida, para outros caminhos em que pôde realizar as grandes obras do seu sonho e da sua inspiração, para o benefício da educação na Bahia, até então estiolada no seu sombrio provincianismo e atrelada a mentalidades conservadoras, rotineiras ou retrógradas. Esteta e sonhador, estou certo de que o Magnífico Reitor sentir-se-ia feliz ao ver a doçura da sua infância recomposta, trazendo-lhe ditasas lembranças, e envaidecido de que alguém de sua estima se ocupasse, amavelmente, em restituir à Cidade a melhor beleza do seu ilustre passado. Na caminhada pelas velhas ruas da sua memória ouviria, como o poeta, chorar "em cada canto uma saudade", mas veria em cada esquina o sorriso alegre de um povo satisfeito, orgulhoso de ser baiano.

Assim era, assim foi, assim ficará sendo Edgard Santos na lembrança de uma Bahia que tanto lhe deveu e continuará devendo, reconhecida a um personagem de magníficas qualidades e de que se poderá afirmar que foi um belo momento na história da intermitente cultura baiana.

Hoje se comemora o seu centenário de nascimento e, por toda parte, direta ou indiretamente, Edgard Santos está presente. O Reitor magnífico permanece vivo, porque a cultura voltou a ter na Bahia o lugar de destaque sempre desejado pelo Mestre Edgard.

Antonio Carlos Magalhães é governador da Bahia.

A Tarde — Sábado, 8-1-1994

EDGARD SANTOS: DIFICULDADES  
E INCOMPREENSÕES

Pedro Moacir Maia

Um pouco do pensamento de Edgard Rego Santos, o criador e primeiro reitor, realmente magnífico, da UFBA, cujo centenário de nascimento começamos os baianos a comemorar, encontra-se em seu livro *Afirmações e Testemunhos*. São 20 pronunciamentos e discursos reunidos pelo saudoso amigo Hélio Simões, editado pelo Departamento Cultural da UFBA, em 1971, quando era reitor o seu filho, Roberto Figueira Santos; à frente do referido departamento estava Valentín Calderón, que, no ano seguinte, assumiria a direção do Museu de Arte Sacra, criação também de Edgard Santos.

No livro citado, porém, não consta o texto de apresentação do catálogo da exposição inaugural do mesmo museu, em 10 de agosto de 1959. Começava assim: "Instala-se o MAS, uma realização por longo tempo reclamada, mas que afinal se concretiza. Este encargo, ao assumi-lo, não ignorava a Universidade o vulto das dificuldades nem a soma de incompreensões que haveria de enfrentar".

Hoje, quantos baianos, quantos professores, estudantes e funcionários da UFBA terão lembrança ou idéia de tais "dificuldades e incompreensões"? Naqueles anos, na década 1951-60, foram criadas ou vinham principalmente de dois setores, com grande peso: catedráticos e professores das escolas superiores que não queriam mudanças nem alterações, e dirigentes das entidades estudantis. Os primeiros não eram tão escandalosos, claro, como estes últimos, que faziam manifestações, passeatas e greves contra Edgard Santos. Achavam, sem discussão, que a UFBA devia privilegiar as ciências e as técnicas. Como perder dinheiro, tempo e espaços com seminários de música e orquestra, com escola de teatro e atores, numa Escola de Dança, no Centro de Estudos afro-Orientais, em Museu de Arte Sacra...? E nem mencionavam a nova Escola de Geologia ou os convênios com a Petrobrás... Censuravam os estudantes em especial, em 1959 e 1960, os gastos da UFBA na recuperação do Convento e Igreja de Santa Teresa e as vantagens financeiras concedidas à Arquidiocese de Salvador, por força do convênio para lá instalar o MAS.

No ano de 1960, as pressões de professores e estudantes contra Edgard Santos chegaram ao máximo, com agitações quase diárias, de que davam conta os jornais. Poucos, pouquíssimos estiveram ao lado do reitor — e, se me lembro bem, apenas uma pessoa manifestou-se, publicamente, em sua defesa e na defesa de suas grandes realizações, no *Jornal da Bahia*, em junho. E conseguiram, os que o atacavam, que uma das primeiras providências de Jânio Quadros, eleito presidente, tenha sido tirá-lo da UFBA, em janeiro de 1961. Ao homem que já tinha sido Ministro da Educação foi oferecido o Conselho Federal de Educação... Não admira que tantos desgostos tenham contribuído para o seu falecimento.

Trinta e poucos anos depois, seria interessante recolher depoimentos de professores ainda vivos e de líderes estudantis daquela época, então contra Edgard Santos, para um balanço de valor: quem mudou, quem tinha razão, quem mais fez pela Bahia e por sua cultura?

A Tarde — Domingo, 9-1-1994

## MISSA NOS 100 ANOS DO PRIMEIRO REITOR

Se estivesse vivo, o professor Edgard Santos teria completado ontem 100 anos. Para marcar a data, parentes, amigos e diversas autoridades se reuniram pela manhã numa missa celebrada pelo Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, na capela do Convento de Santa Tereza. Além dos filhos Roberto Santos, ex-governador e ex-ministro, e do empresário Eduardo Santos, presentes também estiveram o governador Antonio Carlos Magalhães, a primeira-dama, dona Arlete Magalhães, e muitos ex-colaboradores e numerosos amigos do primeiro reitor da UFBA, dentre os quais o historiador José Calazans, o ex-governador Lomanto Júnior, os Deputados Federais Luiz Eduardo Magalhães, Líder do PFL na Câmara, Leur Lomanto e o estadual Raimundo Caires (PMDB), o Presidente da Academia de Letras da Bahia, Cláudio Veiga, os ex-reitores da UFBA, Lafayette Pondé e Rogério Vargens, o diretor-redator-chefe de *A Tarde*, Jorge Calmon, a professora Ivete Oliveira, ex-secretária do Trabalho no Governo Roberto Santos e o Maestro Manoel Veiga, que já dirigiu a Escola de Música da UFBA.

Durante a celebração da missa, dom Lucas Moreira Neves exaltou por várias vezes a memória do professor Edgard Santos e disse de sua importância para a Bahia. Junto ao local, no interior da capela, onde estão enterrados os restos mortais de Santos, dom Lucas disse que ele deixou uma obra marcada hoje pela grandiosidade que o próprio homenageado imprimiu à própria vida. "Foi um homem que soube fazer bem ao seu próximo e soube distribuir entre os semelhantes os pães da ciência, do saber, das artes, da medicina. Ele foi um multiplicador dos pães, espiritual e intelectualmente, frisou Dom Lucas Moreira Neves.

O Governador Antonio Carlos Magalhães destacou o "grande vulto" que foi Edgard Santos para a Bahia" e lembrou, com emoção, os momentos em que privou de sua companhia. "Meu governo lhe presta estas homenagens não porque era uma pessoa de quem gostava e admirava demais, mas por seu valor à Bahia". Entre as obras que foram marcas na vida do professor, o governador destacou a criação da Universidade Federal da Bahia, o Museu de Arte Sacra, o Hospital das Clínicas, o antigo Pronto Socorro, a criação da Escola de Dança da UFBA, entre outras.

Por fim, falando em nome da família e sem esconder a emoção, o ex-Ministro e o ex-Governador Roberto Santos lembrou com carinho a memória do pai, "um homem que realizou muito pela Bahia". Roberto Santos lembrou das amizades colecionadas pelo pai e destacou que, apesar de passados mais de 30 anos de sua morte, é ainda grande o número de admiradores da obra deixada por ele.

A Tarde — Terça-feira, 11-1-1994

## O REITOR MAGNÍFICO

O tempo não apaga o rasto dos grandes homens  
— Eurípedes.

Antônio Celestino

Quando do falecimento do grande reitor Edgard Santos, a Bahia sentiu que tinha perdido aquele para o qual a palavra *magnífico* tinha sido criada. A sua obra tinha sido magnífica e ele era a sua obra.

Eu tive a honra de assistir ao seu doutoramento pela insigne Universidade de Coimbra, vi-o em suas impressionantes vestes rituais desfilar rumo à histórica Sala dos Capelos acolitado pelo colegiado de seus lentes venerandos, sua impressionante figura destacava-se como se um príncipe da Renascença se apresentasse perante a corte, tal a imponência do seu porte aristocrático e a sobrançeria do olhar em abrangente majestade. A cadência marcada pela charamela da tradição e aquele conjunto de hábitos talaros aos quais as cores das diversas faculdades davam uma nota mais garrida, o capelo e a borla medievais, as capas e as batinas dos estudantes, todo o cortejo no máximo das suas centenárias ordenações se encaminhava com a solenidade duma hierarquia milenar para a sala onde, finalmente, teve vez o seu coroamento. As frases latinas da petição e a resposta do reitor da universidade sob as vistas hieráticas do Bispo Conde de Coimbra com seu traje conciliar, os discursos da praxe, enfim toda aquela maravilhosa cerimônia de honra foi uma festa para os olhos e um motivo de orgulho para quem sobretudo levava a Bahia no coração.

Relembrei-o com saudade alguns anos depois da sua morte neste mesmo jornal e disse o que comovidamente sentia. Resaltei a grandeza de sua obra, o tom inesquecível dos seus contatos sociais, a projeção da sua personalidade e o quanto esse sonhador tinha a capacidade de criar do nada só com a sua força de vontade, do seu prestígio invulgar e da sua garra em prender no chão o que tirava do sonho. Ele foi um semeador de grandezas, e isso devia ter custado muito aos que nada mais sabem do que falar pelas costas e aos que não têm raça para olhar nos olhos a luz que falta nos seus.

Passando os anos, revejo agora os momentos de glória que ele, por via universitária, deu a sua terra da Bahia. E meditando sobre isso nos meus já calejados anos de andar existindo, no centenário do seu nascimento o vejo ainda maior do que o vi quando tive a honra de com ele conviver em inúmeras ocasiões, e relendo o que sobre ele escrevi em 1973; comparando, aprofundando o que sabia, colocando-o numa órbita do tempo presente, creio que o que eu pensava dessa inesquecível personalidade não era o mesmo que sobre ele eu penso atualmente. Creio que Edgard Santos era, ou foi, mais do que reitor ainda que magnífico. Sua visão das coisas pensando-as e realizando-as, sua noção de Universidade como sendo a totalidade das pessoas e das coisas, o fulgor internacional com que envolveu a cultura baiana, o reflexo com que ela se irradiou para fora das próprias fronteiras do Brasil, o eco que se repetia de universidade em universidade, os congressos que promoveu e ultrapassaram as barreiras da língua, os mestres de conceito universal, os artistas maiores, os grandes escritores, ou até os que, não tendo essa craveira, podiam de alguma forma contribuir para o progresso cultural da sua terra, ela criava condições para que o Brasil, por via da Bahia, recebesse suas lições e ajudasse a formar os seus mestres. Nisso ele foi o que hoje se pode chamar de estadista, pois o que conseguiu no campo da cultura ultrapassou em muito aquilo que poderia ter-se limitado à Bahia, pois o que realizou foi obra bem mais do que regional.

Muito ligado ao tempo e preocupado com a divulgação da cultura portuguesa no Brasil, eu tive com ele inúmeras reuniões das quais quase sempre redundava alguma coisa de útil para as duas culturas. Passaram pela Universidade da Bahia os nomes maiores de Portugal, e seria fastidioso citá-los a todos. Mas não posso deixar de lembrar que nos deixaram

saudades as aulas de Hernani Cidade, Vitorino Nemésio, João Gaspar Simões, Reynaldo dos Santos, Mário Tavares Chicó, J. M. dos Santos Simões, inesquecível amigo, Armando de Lacerda, Virgínia Rau, Orlando Ribeiro, Luís Forjaz Trigueiros, Manuel Rocha, David Mourão Ferreira, Joel Serrão, M. Rodrigues Lapa, Adolfo Casais Monteiro, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço, Jorge de Sena, Marcelo Caetano, Adriano Moreira, enfim, um sem-número de notáveis personalidades de renome mundial e em cujas obras escritas posteriormente se acha nominada com justiça aquilo que eles levaram da Bahia e do Brasil em troca do muito que ensinaram. E nesse campo honra também seja feita ao saudoso professor Hélio Simões, incentivador de muitas dessas relações, pelas quais batalhava com raro afincio na sua crença dos valores portugueses e que tantas vezes serviu de aval à minha talvez suspeita opinião. É evidente que não foi somente a Bahia que se beneficiou desse esforço cultural promovido pela Universidade, cujo prestígio acentava essencialmente no gênio desse grande reitor, cuja visão se confundia com a dum estadista. É evidente que a relação citada de memória se refere tão-somente a intelectuais portugueses, mas mesmo na música a presença aqui dos maestros Frederico de Freitas e Fernando Lopes Graça marcou época. Mas outros nomes da mesma grandeza doutras nacionalidades por suas cátedras passaram com inegável brilho, como, por exemplo, o grande historiador norte-americano Robert Schmidt, entre legião de muitos outros.

Mas me cumpria, como engajado nos problemas das duas culturas da mesma língua, não deixar passar sem o servil respeito duma gratidão ímpar, a homenagem saudosa de quem tantas vezes o escutou com reverência e a quem ficou devendo — por alguma das formas sutis que o destino espalha ao acaso — muito do pouco que conseguiu ser na vida.

Antônio Simões Celestino é crítico de arte e colaborador deste jornal.

A Tarde — Sexta-Feira, 14-1-1994

## A UNIVERSIDADE DE EDGARD SANTOS

Thales de Azevedo

O transcurso do centenário do nascimento de Edgard Santos está dando lugar a uma recapitulação do que a Bahia deve a esse baiano enquanto reitor e fundador da Universidade da Bahia. Os dados agora apontados trazem elementos a uma nova história dessa entidade e ao papel desempenhado por esse iniciador de uma etapa original do processo cultural na Bahia. Sabe-se bastante do que então ocorreu, mas já seria tempo de um trabalho mais completo e seguro sobre esse momento baiano. Aliás, não apenas baiano, porque nosso exemplo refletiu-se a prazo sobre todo o País. Não foi unicamente a realização de um satisfatório esforço administrativo, mas o desenrolar de uma atividade criativa que fecundava todo nosso meio cultural. Não dispondo, embora, de recursos extraordinários, a Universidade da Bahia fez muito mais do que se poderia esperar de uma província modesta e talvez rotineira. O reitor, em boa hora escolhido e não fazendo alarde, iniciou um tempo novo para nossa terra. As tradicionais escolas superiores cumpriam bem suas finalidades didáticas. Entrou nas mesmas, agora inter-relacionadas na nova estrutura, um espírito menos vigente antes, o da exploração mais a fundo de seus temas. Para tanto, a Universidade abriu-se diretamente a outros campos e tipos de atividade intelectual e, logo, a outros campos, particularmente o das artes. O Coló-

quio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, de 1958, foi um exemplo. E a participação de elementos próprios em reuniões no exterior, como o Congresso de Americanistas. A assessoria de jovens docentes com alguma experiência de contato com o exterior — José Valadares, Hélio Simões, nas Humanidades — contribuiu fortemente para tal programa. E, logo, o convite a professores europeus a virem participar de nosso trabalho e a nos trazerem sugestões e exemplos. A Faculdade de Filosofia foi um desses campos: apesar de pequenos problemas pessoais com Isaias Alves, sua Faculdade veio a ser beneficiada. Além disso, a aproximação direta com as tradicionais universidades portuguesas, as quais, por sua vez, cedo reconheceram a qualidade do esforço que se fazia na Bahia. Todos esses fatos justificam que se fale de uma Universidade “de” Edgard. Não apenas isto, porém de uma Universidade Edgard Santos, denominação que cabe de direito histórico àquele reitor. Nossa Universidade Federal pode ou mesmo deve guardar como título explicativo o título de UFBA, já incorporado a nosso vocabulário administrativo, porém sua denominação justa e estimulante há de ser Universidade Edgard Santos, lembrando uma personalidade a que deve seu caráter, sua originalidade, seu dinamismo. O momento é propício para que a Bahia pense nisso e empreenda esforço determinado, persistente nesse sentido.

Thales de Azevedo é médico, antropólogo e Professor Emérito da UFBA.

**O SR. PRESIDENTE (Nabor Junior)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A persistente crise que se abateu, a partir de 1987, sobre a cacauicultura baiana e nacional, juntamente com o enfraquecimento institucional da CEPLAC, estão propiciando o rebaixamento do nível tecnológico das plantações, em virtude da falta de recursos para a execução da pesquisa e experimentação, extensão rural e capacitação da mão-de-obra rural, imprescindíveis para o desenvolvimento desse importante setor produtivo do País.

Embora haja um consenso sobre a importância da agricultura no combate à inflação — o poderoso monstro indomável que ameaça permanentemente a economia brasileira —, a cacauicultura brasileira não tem sido contemplada com a atenção governamental, nos últimos anos. Isso é lamentável, uma vez que a produção em grande escala implicaria a queda dos preços dos alimentos, fazendo com que a cultura do cacau, significativa na pauta de exportações brasileiras, viesse a ocupar o lugar de destaque que merece na vida nacional.

Os cacauicultores brasileiros, completamente desprotegidos e desalentados, estão entregues à própria sorte. Sem suporte nem apoio para que sejam incrementadas as atividades de fomento e técnica agrícola, têm sido submetidos a sistemas de financiamento escorchantes, que não lhes proporcionam a necessária segurança para permanecerem investindo no setor.

Além dos problemas internacionais — que incluem a queda brutal dos preços e a concorrência com outros países produtores — e dos problemas específicos da lavoura — principalmente o combate às pragas e doenças como a chamada “vassoura-de-bruxa” e a “podridão parda” —, os produtores de cacau vêm sofrendo os efeitos perversos dos vários planos de estabilização, da estagnação da economia, do sucateamento do Estado e das constantes ameaças à estabilidade institucional.

A situação se agrava, agora, com a ameaça da extinção da CEPLAC, órgão cuja missão, por razões meramente políticas, foi-se fragilizando gradualmente nos últimos anos. Entre as causas orgânicas do seu enfraquecimento, encontram-se a perda da autonomia administrativa e financeira e a pouca compreensão do Governo da Nova República com relação ao seu papel desenvolvimentista.

Por falta de informações mais precisas e de uma visão mais ampla sobre as questões nacionais, pretende-se, juntamente com outras medidas administrativas de descentralização, destruir este órgão de importância incontestável para o aumento da produção de cacau, e, conseqüentemente, da produção agrícola nacional.

Senhora Presidente, Srs. Senadores, o Brasil, que já chegou a produzir até 790 toneladas de amêndoas por hectare, empregando 400 mil pessoas nesta atividade, hoje colhe apenas 400 toneladas por hectare e emprega cerca de 150 mil pessoas. Tais indicadores da queda de produtividade nos mostram o retrocesso sofrido na cacauicultura brasileira e vêm comprovar a necessidade urgente da adoção de medidas oficiais que resultem em tecnologias mais baratas e mais eficazes, visando ao soerguimento da economia do cacau.

O remédio para a agricultura não é, absolutamente, a destruição da estrutura existente. Muito ao contrário, é preciso promover a urgente recuperação da CEPLAC, hoje sucateada como a grande maioria das entidades de pesquisa e extensão do País.

Desde a Nova República, quando, em virtude da “Operação Desmonte”, a CEPLAC perdeu a fonte de recursos advindos da taxa de Imposto de Exportação, com a suspensão da cobrança de exação, um contínuo processo de esfacelamento e descaracterização do órgão tem trazido desastrosas conseqüências para a cacauicultura nacional.

A CEPLAC — Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — foi criada em 1957, no Governo Juscelino Kubitschek, e teve suas ações custeadas através de recursos oriundos inicialmente do Fundo de Modernização da Lavoura Nacional ou “Fundo dos Ágios”.

Os sucessos alcançados pela CEPLAC foram fruto do trabalho, determinação e, mais do que tudo, do modelo institucional forjado com o correr do tempo. Apoiada no trinômio da Pesquisa e Experimentação Agrícola, da Extensão Rural e do Ensino, a CEPLAC dedicou-se exclusivamente ao cacau por vários anos. Ao longo de 37 anos, cumpriu sua missão, resgatando a economia cacaueira do desalento, da decadência e da insolvência, nos quais parecia definitivamente mergulhada.

Posteriormente, assumiu o encargo de promover a diversificação agropecuária, incrementar a agroindústria e melhorar a infra-estrutura regional do sul da Bahia e norte do Espírito Santo. A partir de 1965, estendeu suas ações à Amazônia, assumindo, assim, na prática, o caráter de órgão nacional. Seu modelo institucional foi copiado por diversas organizações nacionais e internacionais.

Dentre os resultados alcançados, podemos citar a elevação da produção nacional de cacau em 310% no período de 1960-85; o aumento da produtividade das lavouras, representando um incremento de 336%; a implantação de 224 mil hectares de novos cacauais e a renovação de 39 mil hectares de cacauais decadentes, graças à utilização de sementes melhoradas, produzidas pela CEPLAC, durante o curso do PROCA-CAU, programa responsável pela plantação, em dez anos, de 70% de toda a área da cacauicultura brasileira.

A CEPLAC propiciou, também, o retorno do cacau à sua origem a Amazônia —, através da implantação de 105 mil hectares nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Acre, apesar das dificuldades e riscos normais da expansão da fronteira agrícola e das condições adversas da região.

Nas regiões cacaueiras, a PROCACAU possibilitou a geração de mais de 100 mil empregos diretos. Na Amazônia, 10 mil "homens-sem-terra", migrantes de todos os rincões, transformaram-se, graças à força do cacau, em prósperos agricultores, o que resultou em um crescimento de 1.800% na produção de cacau naquela região.

No Pólo de Alimentos de Teixeira de Freitas, na Bahia, a ocupação de terras antes ociosas buscou romper com a forte dependência em relação ao cacau. Nesse sentido, foram implantados, no município, mais de 70 mil hectares de feijão, milho, arroz, mandioca, abóbora, melancia e mamão. Este último, com 12 hectares, apresenta a maior área de plantio de mamão do mundo.

Deve-se destacar, ainda, os investimentos da CEPLAC na qualificação da mão-de-obra rural, na profissionalização de milhares de jovens filhos de agricultores e também no aprimoramento de seus servidores — em torno de 3.500 —, dentre os quais cerca de 800 operários de campo. Acrescenta-se que 87% do quadro funcional da CEPLAC trabalham no interior do País — Bahia, Espírito Santo e Amazônia —, e constituem o seu maior patrimônio, contando, inclusive, com 25 cientistas de nível PhD e 111 em nível de M.S.

Estes e outros resultados deveram-se, em primeiro lugar, ao apoio e participação dos cacaucultores, que custearam integralmente a CEPLAC, até outubro de 1989, com o Imposto de Exportação, no montante de 10% do valor das exportações de cacau; em segundo lugar, ao elevado grau de autonomia administrativa e financeira de que gozava a CEPLAC; e, em terceiro lugar, à flexibilidade operacional até há pouco prevalecente.

Senhor Presidente, a extinção da CEPLAC, o seu esfacelamento ou descaracterização, isto é, qualquer medida que vier a ser tomada pelo governo nesse sentido causará pesadas perdas e sérios prejuízos à cacaucultura nacional.

Se tal despropósito vier a acontecer, perder-se-á, inevitavelmente, a visão unitária do processo de expansão da lavoura cacaueira, do que decorrerá, fatalmente, uma expansão desordenada, um abandono ou desalento nas atividades agrícolas, acarretando sérios problemas para os cacaucultores.

As áreas já atingidas pela enfermidade "vassoura-de-bruxa", na Amazônia, e aquelas que vierem a ser atingidas no sul da Bahia serão comprometidas pela descontinuidade de estudos e pesquisas sobre a doença, assim como pela falta de ação dos extensionistas e educadores, na capacitação dos recursos de mão-de-obra rural.

Serão paralisadas as atividades de preservação e ampliação dos recursos genéticos do cacaueiro, cujo berço é a Amazônia, e que se constitui na base para a produção de materiais destinados à resistência aos inimigos naturais e aos ganhos de produtividade, podendo essa paralisação vir a comprometer o futuro da cacaucultura nacional, e até mundial.

A nova etapa de trabalhos da CEPLAC, que busca um novo patamar de produtividade da cacaucultura — um desafio hoje presente — estará definitivamente comprometida. Sem o apoio da CEPLAC, dificilmente serão alcançados os patamares hoje buscados, de uma cacaucultura de mais alta produtividade — de 1.500 a 2.000 quilos por hectare —

, com menores custos de produção, combinados com a diversificação da produção e o aproveitamento de subprodutos.

Ficará desperdiçado o aproveitamento dos tabuleiros costeiros do sul da Bahia — que compreendem um milhão de hectares — com vistas à implantação de um Pólo Agroenergético a partir da cultura do dendê.

Na Amazônia, será desaproveitada a oportunidade de reforçar novos plantios de cacauais dentro de uma nova roupagem, que são os sistemas agroflorestais — castanheira + cacau, pupunheira + cacau, freijó + cacau etc. — bem como será desperdiçada a avenida que representa a utilização dos recursos do Projeto do Banco Mundial, PLANAFORO, em Rondônia, equivalente a 250 milhões de dólares, nos próximos quatro anos.

No sul da Bahia, a cacaucultura é protegida pela Mata Atlântica. Uma vez desestimulada a cultura do cacau, devido a adversidades econômicas e à falta de pesquisa, extensão rural e ensino, o abandono da lavoura causará, fatalmente, a destruição e os desmatamentos das últimas áreas da Mata Atlântica, que têm o seu papel e a sua presença ligadas intimamente ao cacau.

Finalmente, as regiões produtoras de cacau deixariam de contar com a massa crítica de pesquisadores, extensionistas e educadores, considerada, em nível internacional, como a mais qualificada para a execução das atividades ligadas a esse setor produtivo.

Diante de todas essas evidentes constatações, em lugar de se promover a extinção da CEPLAC, seria mais adequado que se pensasse em uma forma de se institucionalizar o órgão.

A institucionalização da CEPLAC teria como principais diretrizes dar-lhe a feição de Fundação de Direito Público, restabelecer o nível de 3,5% do Imposto de Exportação incidente sobre o valor das exportações — tanto do cacau em amêndoas quanto de produtos industrializados, vinculando-se esta receita à Fundação CEPLAC — e, finalmente, modernizar os segmentos onde as deformações, que lhe foram incorporadas ao longo do tempo, estejam a exigir atuação e correção de rumo.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, o Brasil precisa de uma cacaucultura forte, apoiada pelas forças políticas dos Estados produtores, pelo Conselho Nacional de Produtores do Cacau, pelo sistema cooperativista.

O fortalecimento da economia brasileira inclui a incrementação da cacaucultura. Para isso, os cacaucultores precisam da presença institucional da CEPLAC, de uma só CEPLAC, institucionalizada, nacional, una, e não de várias CEPLACs, divididas e retalhadas. A CEPLAC deve voltar a ser um órgão permanente, moderno, eficiente e eficaz, que preserve o seu bem sucedido modelo institucional, sem estar subordinado a qualquer outro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já por duas vezes ocupei a tribuna do Senado Federal, obtendo, na ocasião, apoio de vários Senadores, para me reportar à convocação, pelo Banco do Brasil, dos concursados que, após se submeterem a uma seleção aprimorada, aguardam convocação para exatamente servir àquela instituição creditícia.

Ainda, agora, Sr. Presidente, venho de receber do meu Estado um expediente daqueles que se submeteram a concurso no Banco do Brasil, exatamente para que eu interceda junto ao Presidente Alcir Augustinho Calliari, no sentido de que, no menor espaço de tempo possível, esses concursados possam ser convocados, em condições de prestar colaboração ao nosso mais importante estabelecimento de crédito.

O expediente que venho de receber, Sr. Presidente, está vazado nos seguintes termos:

Exm<sup>o</sup> Senador Mauro Benevides,

Os concursados do Banco do Brasil — CE vêm solicitar que V. Ex<sup>a</sup> reivindique junto ao Presidente da República e à direção do Banco do Brasil uma solução para os aprovados no concurso 034.

Durante esse período de luta, o Banco fez muitas promessas, mas poucas foram concretizadas.

Atualmente esperamos a convocação nacional de 645 concursados, oportunidade em que mais uma vez o Estado do Ceará será discriminado, tendo em vista que nos serão destinadas no máximo 5 vagas. Esta situação tem-se repetido no Estado, onde houve a maior concorrência do País, conforme estatística fornecida pelo Banco, e onde tradicionalmente o nível dos candidatos é bastante elevado.

Como não fossem suficientes os problemas que temos enfrentado com este concurso, o Banco do Brasil, em reunião da Diretoria, em 11-1-94, decidiu reduzir em 50% o número dos funcionários nos CESECS, o que acarretará, só na cidade de Fortaleza, o remanejamento de 400 funcionários para as agências, sendo contrados serviços de terceiros para as suas vagas, tornando inviável a convocação dos concursados.

Em face do exposto, esperamos de V. Ex<sup>a</sup> o empenho para que assuma quem de direito, principalmente no Estado do Ceará, onde somente 36 concursados foram convocados.

Certos de seu pronto atendimento, apresentamos-lhes nossas cordiais saudações.

Concursados do Banco do Brasil — CE.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Mauro Benevides, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, nobre Líder Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Mauro Benevides, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, porque todos reconhecemos as dificuldades que hoje enfrentam os brasileiros para obter êxito na sua busca por um trabalho, por um emprego. Esses brasileiros fizeram um concurso que normalmente é considerado um dos mais sérios, com um dos índices de maior dificuldade, e estão aptos a servirem ao Banco do Brasil, motivo pelo qual se submeteram a essa seleção. Não é, portanto, muito aceitável que, dentro do prazo de validade do concurso, esses elementos, aptos, diante da existência de vaga, não sejam convocados. Quero abordar ainda o problema dos auditores fiscais, já mencionado anteriormente. Estamos diante de um novo concurso para auditores fiscais quando existem vários concursados aprovados em concurso anterior e que não foram convocados. As vagas são inúmeras e a necessidade de pessoal é imensa. Solidarizo-me, pois, com os concursados do Banco do Brasil, com os auditores fiscais aprovados e com todos aqueles que fizeram concurso, foram aprovados e não estão sendo chamados.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Líder Jutahy Magalhães, pela manifestação solidária consubstanciada no seu aparte. Apenas no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, quando se inscreveram 110.721 pretendentes às vagas, foram aprovados 3.127 e convocados apenas 873, restando, por sua vez, 2.554 a serem chamados para servir nas várias agências do Banco do Brasil, naquela Unidade da Federação. No meu Estado ainda faltam ser convocados 179, pois apenas 36 se privilegiaram com a convocação. Daí por que se torna angustiosa essa aspiração que agora veiculo na tribuna do Senado e que me foi transmitida, neste final de semana, por aqueles que, em Fortaleza, começaram a se reunir para solicitar, da Bancada Federal, Senadores e Deputados, uma intercessão junto ao Presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, chegando a alvitrar o Presidente da República como forma de se resolver esta questão, deslindando-a com a convocação daqueles concursados que, na prova de seleção 034, foram considerados favorecidos no âmbito do Estado do Ceará.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo consignar neste instante — e creio que posso falar também em nome dos Senadores Cid Sabóia de Carvalho e Beni Veras, aos quais chegou também apelo semelhante —, a fim de sensibilizar o Presidente Alcir Calliari, para de S. Ex<sup>a</sup> obter, em um menor espaço de tempo possível, a convocação de todos os concursados, de forma particular daqueles que aguardam, no Estado do Ceará, há algum tempo, para assumirem seus cargos nas respectivas agências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PP — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, causou surpresa o aparecimento, entre as numerosas emendas ao projeto de revisão, a inclusão de apelos no sentido da extinção dos *royalties* de petróleo, que, há alguns anos, são distribuídos aos Estados e Municípios onde aquele produto existe.

Somente quem não conhece a realidade do País, dos compromissos assumidos, por meio dos *royalties* de petróleo, por numerosos Municípios e pelos Estados, insistirá na aprovação destas emendas. Estou certo de que partirá do próprio Relator a iniciativa de sugerir ao Plenário da Revisão a rejeição dessas proposições.

Quero apenas deixar consignado nos autos que os *royalties* do petróleo são hoje pagos a nada menos de quinze unidades federativas, onde existe o produto e, por isso mesmo, existe a remuneração. São estes os Estados, Sr. Presidente: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Ceará, Amazonas, Alagoas, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraíba.

Além disso, 1% dos *royalties* é destinado à Marinha, que, só por força dessa ajuda, tem conseguido mandar construir os barcos que fazem a vigilância nos mares brasileiros.

Finalmente, 1% do total dos *royalties* é recolhido por um fundo especial que é distribuído a todas as unidades federativas.

Sr. Presidente, no Estado do Rio de Janeiro, dos 81 Municípios, 51 recebem os *royalties* do petróleo, sendo que Estados existem onde todos os Municípios são beneficiados pela referida lei.

Estou certo, Sr. Presidente, de que partirá do próprio Relator, o nobre Deputado Nelson Jobim, a solicitação para

que o Plenário rejeite as ditas emendas, que, se aprovadas, iriam causar decepção e empobrecimento nos Municípios que recebem esses recursos e os destinam, rigorosamente, aos fins previstos na própria lei.

Quero acentuar que, no Estado do Rio de Janeiro, vários Municípios, os mais pobres, que vivem, em grande parte, do recebimento desses royalties. Estou certo, Sr. Presidente, que foi uma hora de má inspiração que levou quatro Parlamentares a sugerirem a extinção dos royalties do petróleo, mas o Plenário da Revisão estará atento o bastante para rejeitar esse fato, que viria contrariar a economia nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Nordeste está experimentando, ultimamente, algumas chuvas, e isso vem clarear um pouco a nossa esperança de que, ao contrário de algumas previsões, a seca não se repita em 1994, trazendo de 1993 essa herança maldita, porque esse ano que acaba de se encerrar, Sr. Presidente, foi um dos mais dramáticos para o Nordeste brasileiro, primordialmente para o Estado do Ceará, assim como para o Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba etc. Mas o Ceará e o Piauí sofreram tão diretamente os efeitos da seca que é difícil até se avaliar o que isso representa no todo para o nosso povo, para a nossa gente.

Enquanto isso, Sr. Presidente, há uma Comissão, que culminou com um Relatório muito bem feito — por sinal, do Senador Beni Veras —, onde se identifica, quanto à administração, o que aconteceu ao Nordeste e o que pode acontecer: um diagnóstico do já registrado e um prognóstico do que deva se registrar daqui para a frente.

Mas uma coisa é verdade, Sr. Presidente: o Nordeste não pode prescindir da SUDENE, não pode prescindir do DNOCS, não pode prescindir do Banco do Nordeste do Brasil e, muito menos, da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. O Nordeste não pode prescindir de nenhuma estrutura daquelas que, ao longo do tempo, foram surgindo em socorro à nossa região.

Verdade que se formos examinar, como já se examinou no âmbito dessa Comissão, as diferenças do desenvolvimento regional; verificando-se isso há de se convir que os recursos destinados ao Nordeste brasileiro não foram primorosamente aplicados. Porque, com o decurso de tantos anos, com a existência tão longa desses órgãos, se a aplicação houvesse sido ideal, por certo a seca não produziria esses efeitos que estão sendo vividos ainda agora quando chove; efeitos, lamentavelmente, ainda sentidos por nossas populações. A questão da água, por exemplo, é uma coisa incrível; a problemática tem uma força dramática da maior expressão.

Agora, a SUDENE existe há tantos anos, o DNOCS existe há tantos e tantos anos, o Banco do Nordeste também existe há muitas décadas. Com a aplicação regular de toda essa força, Srs. Senadores, a verdade é que teríamos um Nordeste hoje bem diferenciado. Acredito, no entanto, que nessas identificações que estão sendo feitas, verifique-se que a corrupção que dominou o País também dominou este setor. Recursos que foram angariados junto à SUDENE não tiveram a aplicação devida, a aplicação regular. E o resultado é que pessoas enriqueceram, grupos econômicos se acresceram e o Nordeste não resolveu convenientemente a sua problemática, não alcançou a solução ideal dos seus problemas.

Hoje — interessante! —, o Nordeste é um ponto de atração turística e isso até preocupa. Fortaleza, por exemplo, depois de sua reorganização, depois das últimas administrações, conseguiu firmar-se como uma das Capitais mais bem estruturadas do Brasil. Isso é um verdadeiro milagre no País das secas! Mas Fortaleza é bela, está asfaltada, tem viadutos, tem praias bem cuidadas, estrutura hoteleira; ela tem um dos melhores transportes coletivos do Brasil e recebe, nessa hora, uma grande massa de turistas, inclusive dos mais diversos países europeus — e não apenas turistas da Argentina ou de outros países vizinhos; os turistas estão vindo mais de longe.

Não sei como ficará o problema da água em nossa Capital, porque mesmo com o canal recentemente construído pelo Governador Ciro Ferreira Gomes, a problemática continua, muito embora pudéssemos imaginar o que seria de nossa cidade sem este recurso da engenharia, um recurso emergencial que visou jogar água, de qualquer maneira, para o abastecimento em favor da nossa Capital.

Mas o Ceará vive esta grande contradição: os turistas que chegam, numa imagem bem contraditória com aquele espírito do nordestino, notadamente do cearense, que todos conhecemos: a vontade do êxodo, a vontade de sair, o império do êxodo, a necessidade de sair, o judeu brasileiro que deixa a sua terra e ganha o mundo em busca de dias melhores. O Ceará é uma grande contradição: os que chegam e os que já não saem em massa, mas que ainda saem em busca do Sul do País, em busca do Centro-Oeste, em busca da Amazônia, como sempre aconteceu, e até os que buscam o exterior como solução a mais extrema possível.

O drama é grande. Chove no Ceará neste momento, chove no Nordeste, sem aquela continuidade desejada, mas a preocupação ainda é muito grande, e o ano de 1993 serviu para demonstrar, de modo claro, como o DNOCS é necessário, apesar de tudo que se lhe imputa; como a SUDENE é necessária, apesar de seus defeitos; como o Banco do Nordeste se impõe; como a Carteira do Banco do Brasil é indispensável!

Digo isso desta sessão do Senado, em plena convocação extraordinária, Sr. Presidente, para mostrar que os cearenses estão mais que atentos a todos os seus aspectos econômicos; não apenas por nos abeirarmos de uma eleição, quando os Poderes serão renovados quanto aos seus ocupantes, mas com uma preocupação que se agrava notadamente, não pela proximidade da quadra política, mas pela proximidade de um deslance econômico que atingiu todo o Brasil e que, no Nordeste, é ainda mais grave.

Encontramos as lamentações, as críticas, autocríticas, exames, análises as mais diversas possíveis sobre a economia brasileira; e temo a Revisão Constitucional, porque ela será feita exatamente nesta hora de crise econômica, quando é mais fácil aos que têm capital pressionarem o Estado para obtenção de medidas contra os que só têm o trabalho, contra os que não têm os recursos financeiros necessários a que levem a sua faceta econômica em frente, sob o episódio do capital-trabalho, não apenas do capital-dinheiro propriamente dito.

No Nordeste, a economia se agrava. Não sei o que será da economia brasileira nesta hora em que tudo se tornou tão dramático, se ainda cometemos os erros, que, aliás, sustentam a Revisão Constitucional: privatização da PETROBRAS, quebra do monopólio do petróleo; privatização da TELEBRÁS, quebra do monopólio das telecomunicações, quando sabemos que isto não deve acontecer ante a soberania e, muito

menos, ante os interesses populares, pior ainda, não deve acontecer para o bem da nossa economia.

**O Sr. Jonas Pinheiro** — V. Exª me concede um aparte, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho?

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Ouço V. Exª com todo o prazer, nobre Senador Jonas Pinheiro.

**O Sr. Jonas Pinheiro** — Senador Cid Sabóia de Carvalho, quero me reportar à parte inicial do pronunciamento de V. Exª, quando enfatiza as dificuldades enormes a que foi submetido o Nordeste, especialmente em decorrência da prolongada estiagem que se abateu dramaticamente sobre essa Região tão rica mas tão sofrida, tão penalizada pela própria natureza. V. Exª relacionou alguns organismos do Governo Federal, falou sobre a existência, de longa data, de órgãos como a SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o DNOCS — Departamento Nacional de Obras contra as Secas, o Banco do Nordeste, o DNOS — Departamento Nacional de Obras de Saneamento — e outros organismos que já deveriam, pela sua longa existência, ter encontrado uma solução satisfatória e definitiva que diminuísse as agruras dessa gente tão brava e tão sofridora. V. Exª lembrou, com propriedade, sobre a corrupção que hoje se descobre através das CPIs, principalmente a CPI do Orçamento, que se encontra na fase final de seus trabalhos e que revelou a nós Congressistas e ao Brasil inteiro o mar de lama em que esteve mergulhado o Congresso pela ação de parte considerável de Congressistas, homens públicos e administradores, que se locupletaram com os recursos dos contribuintes, desviaram os recursos das obras para os seus interesses particulares, para o seu usufruto. V. Exª falou também do renascer de uma esperança, e eu como o meu pensamento ao de V. Exª, pois também vislumbro, no futuro, o renascer de nossas esperanças. Já se diz que a nossa História estará definida da seguinte forma: o Brasil antes da CPI e o Brasil pós-CPI. Eu também estou convencido disto. As atitudes dos homens públicos estão em cheque; a sociedade exige deles transparência, e não se poderá mais fugir disto daqui para diante. Creio que os desvios de recursos, a má gestão do dinheiro público, os atos administrativos falhos, negativos, tenderão a ceder espaço, crescentemente, à lisura, à transparência, à responsabilidade, ao senso de dever, ao compromisso do homem público com a sociedade. De modo que é de se esperar e de se confiar que os trabalhos dessa CPI prossigam e levem a resultados concretos. Chegou a hora de se parar com a impunidade, com os desvios de recursos públicos, com o usufruto de benefícios, dos recursos e da máquina pública administrativa. O Nordeste, como bem disse V. Exª, acaba de receber esperanças chuvas, que já diminuem o sofrimento do seu povo. Não é fácil o drama de multidões de pedintes, famintos e sedentos, assim como não é fácil ver rebanhos sendo dizimados pela sede e pela falta de pasto. Foi um quadro duro e penoso que viveu o Nordeste. Esperamos que as chuvas façam renascer as esperanças, que não sejam chuvas passageiras, mas criadoras, que tragam água para o povo, para os animais, para todo o Nordeste, para que esse povo sofridor tenha momentos de satisfação e de contentamento e possam viver de maneira mais digna. Nobre Senador, com este aparte, eu queria participar do discurso de V. Exª, solidarizando-me com suas palavras e dizendo da oportunidade com que são trazidas ao Plenário da Casa.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Agradeço a V. Exª. Acho que é um bom acontecimento da minha fala exatamente a participação que me é dada pelo Senador Jonas Pinheiro.

V. Exª tocou naquilo que, apenas de leve, mencionei, que é esse aspecto de corrupção. Penso que a corrupção está tão entranhada na vida brasileira, que, quando acontece, como está acontecendo, uma CPI como a do Orçamento, apenas se levanta o véu de uma pequena parte. Na verdade, se formos dar uma caminhada pela vida brasileira, passando pelos episódios, acima de tudo, pelos episódios que fraudam a Fazenda Pública, a Fazenda Nacional, e, a partir daí, indo em frente, vamos descobrir um Brasil que inseriu, no próprio estilo de vida, na sua cultura, na cultura em si, no sentido sociológico e patológico desta expressão — se é que é possível dar um sentido patológico à palavra "cultura"; o Brasil inseriu até em sua cultura todas as motivações que levam a uma desonestidade altamente tolerada.

Houve época no Brasil em que o contrabando só tinha uma concorrência: as isenções dadas pelo próprio Governo Federal, isto é, isenções a rodo, que correspondiam, por certo, a um contrabando com características legais. Daí por que teríamos que aspear essa palavra "contrabando". Um Brasil que tolera a pistolagem, uma pistolagem que atinge a governadores, a políticos, inclusive um Senador da República e um Governador do Acre; uma cultura que permite, nos sertões, a profissão do pistoleiro, a pessoa encarregada de matar, mão alugada exatamente para matar, para apertar o gatilho; uma cultura que assiste à polícia tocar-se ao crime e, num determinado minuto, num determinado momento, é difícil separar onde termina a delinquência e onde começa a atividade policial; um País que tolerou o contrabando e onde os contrabandistas se fizeram heróis — os contrabandistas se fizeram heróis neste País.

Houve a época do contrabando e do descaminho, mas uma época em que as colunas sociais se abriram para receber novas personagens, exatamente o novo-rico, as pessoas que ganharam as elites pelo caminho da burla do Estado, quer no contrabando, no sentido da entrada indevida da mercadoria, quer no contrabando, no sentido da saída indevida da mercadoria, e, até, como houve — e houve tanto —, a troca da cera de carnaúba por uísque e outros produtos nacionais, que foram trocados pela produção estrangeira nas proximidades das Guianas. Tudo isso se tolerou neste País: polícia violenta, o tráfico de drogas, a prostituição desmedida, até a prostituição infantil.

A verdade é que adoeceu a sociedade brasileira, e o Nordeste, de que falo neste pronunciamento, não ficou isento a nada disso. Por certo, os recursos que deveriam ter chegado ao Nordeste também sofreram as práticas culturalmente autorizadas.

E hoje, quando clamamos pela continuidade de órgãos como o DNOCS, como a SUDENE, clamamos por uma revisão desses órgãos. Não é que queiramos a continuidade pura e simples de cada um desses órgãos; queremos o redimensionamento ou até uma redescoberta das finalidades, o reencontro com os fins que devam caber a essas instituições. O que estou falando é que o Nordeste brasileiro não prescinde ainda dessa ajuda para o combate em momentos enormemente tristes e dramáticos, quando somos assolados pela desorganização da própria natureza.

Mas, Sr. Presidente, não querendo mais me alongar, quero dizer que neste País tudo está associado à corrupção. É difícil encontrar-se este ou aquele setor para o qual se diga: esse é intocado, esse é perfeito, porque a sociedade brasileira adoeceu. Temos a obra de um Gilberto Freyre, de um Fernando Azevedo, de um Josué de Castro, de um Jader de Carvalho, obras as mais variadas, como a de Djacir Menezes, cientistas sociais que identificaram os nossos problemas desde aspectos antropológicos, passando por toda uma gama das ciências sociais, aportando no exame sociológico, no exame da cultura brasileira, para demonstrar a mentalidade do brasileiro, a vida do brasileiro, a condição racial do brasileiro, a fome do brasileiro, a geografia da fome, a geopolítica da fome, a convivência da fome com a atividade política, a convivência da fome com o próprio Estado, os acertos e desacertos em conluio com o próprio poder.

Assistimos, até, às explicações do banditismo, como e por que os cangaceiros e tantos movimentos armados tomaram o Brasil afora em determinados momentos mais patológicos da nossa história. E, hoje, examinando-se tudo isso, chegamos a uma identificação mais ousada ainda: à cultura da corrupção. Há na vida nacional um estilo de vida que pode vir nas folhas mais importantes do País, nos jornais mais expressivos. Há convivência do prestígio social com o crime, porque se obtém o prestígio social exatamente através do delito.

Ainda hoje, e com plena CPI em funcionamento para apurar o Orçamento, para apurar a Previdência, para apurar o Ministro Rogério Magri, para apurar a PETROBRÁS, para apurar fundos de pensão, para apurar empreiteiras, com tantas e tantas CPLs, o País, pacificamente, ainda convive também com a manipulação da informação. O País convive, pacificamente, com a injúria devidamente institucionalizada, a calúnia institucionalizada, inclusive crimes contra a honra, tudo institucionalizado: calunias, calunias, que algo ficará!

Então, Sr. Presidente, nesse quadro é que verificamos como é necessário ficar as bases do novo Brasil, quando varreremos dos nossos costumes, quando criaremos a intolerância popular para com todos esses fatos delituosos, não apenas com os delitos contra o Fisco, mas os delitos contra a cidadania, os delitos do empregador contra o empregado, os delitos do Estado contra seus funcionários. Há de se criar uma intolerância contra o achatamento salarial, que é também um crime cometido sob os aplausos de economistas que posam de sábios, mas que, na verdade, nesse mister são delinquentes intelectuais.

Por isso, Sr. Presidente, é que vim à tribuna fazer esse alerta sobre o Nordeste. No momento em que se quer transformar, destruir, desmontar, respeitem a estrutura administrativa de socorro ao Nordeste, porque essa estrutura ainda é necessária, muito embora deva ser revisada, inclusive quanto aos seus propósitos. (Muito bem!)

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Beni Veras \_ Carlos Patrocínio \_ Eduardo Suplicy \_ Francisco Rollemberg \_ Iram Saraiva \_ João Rocha \_ Jonas Pinheiro \_ José Paulo Bisol \_ Márcio Lacerda \_ Nelson Carneiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Junior) — Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, que conclui pela apresentação dos Projetos de Resolução nºs 2 a 13, de 1994.

As proposições ficarão sobre a mesa durante três dias úteis, a fim de receberem emendas, nos termos do art. 8º da Resolução nº 110, de 1993.

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Junior) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

A Presidência retira da pauta da Ordem do Dia da presente sessão o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1992, nos termos do art. 175, alínea e, do Regimento Interno.

É o seguinte o item retirado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1194

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania).

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Junior) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Nabor Junior; Srs. Senadores, nesses últimos dias, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, tem expressado que, se houver necessidade, aceitará a missão de ser candidato à Presidência da República. Aproximadamente, essas foram as palavras que S. Exª pronunciou em Goiânia. A partir daí, durante os últimos três dias, mais e mais abertamente, colocou-se como um possível candidato do PSDB à Presidência da República.

Gostaria de assinalar que considero legítimo que o Ministro Fernando Henrique tenha essa aspiração. S. Exª tem todo o direito de ser candidato.

Gostaria, entretanto, de registrar algumas reflexões, pois temo que essa atitude de nosso colega no Senado, Ministro Fernando Henrique Cardoso, possa ser um sinal de quem esteja querendo jogar a toalha antes de completar uma tarefa muito importante, pois o Ministro Fernando Henrique Cardoso teve a delegação do Presidente Itamar Franco para elaborar o Programa de Estabilização. Então, além do Presidente Itamar Franco, obviamente, ele é o principal responsável por aquilo que se denominou ser o Plano Fernando Henrique Cardoso 2.

Lembre-mos de que quando o Ministro Fernando Henrique Cardoso assumiu, em abril passado, o Ministério da Fazenda, a inflação estava na casa dos 25% ao mês e, desde então, ela vem — se elevando gradativamente. Estamos com uma inflação na casa dos 40% ao mês, sempre ou quase sempre crescendo de um mês para outro. Portanto, como avaliar que estaria o Ministro em condições adequadas de se lançar candidato a Presidente antes mesmo de, pelo menos por um mês, já se ver a inflação diminuir?

É bem verdade que estamos com a economia um pouco mais dinamizada; é bem verdade que a taxa de crescimento da economia tem sido positiva nos últimos oito meses; há ligeira recuperação do nível de emprego — é preciso ressaltar, apenas ligeira. Existe a preocupação com respeito à questão da solidariedade, da melhoria da distribuição da renda e da riqueza, mas os passos nessa direção são ainda muito precários.

O próprio Ministro Fernando Henrique Cardoso participou, neste final de semana, em Águas Belas, de um ato de distribuição de cestas básicas. Naquela oportunidade, ressaltou que estavam também sendo feitos os pagamentos para os trabalhadores inscritos nas frentes de trabalho, que estavam ali obtendo suas remunerações, num sábado pela manhã, na agência do Banco do Brasil. Eram cinco mil cento e oitenta trabalhadores do Município de Águas Belas, que, alistados num programa emergencial, receberam Cr\$49.380,00 cada um, por um mês de trabalho nas frentes produtivas; ou seja, uma remuneração, aproximadamente igual à metade do salário mínimo do mês que passou, ou menos de 1/3 do salário mínimo do mês vigente.

Ora, será que o Ministro não estaria se precipitando um pouco?

Gostaria de lembrar a recomendação que fiz — como seu colega no Senado Federal, e companheiro de tantas lutas, embora de partidos diferentes —, quando da sua primeira visita ao Senado, após ter assumido o cargo de Ministro da Fazenda. Perante os Srs. Líderes, no gabinete do Presidente Humberto Lucena, tive a oportunidade de dizer ao Ministro Fernando Henrique Cardoso que seria importante, para que fosse bem-sucedido como Ministro da Fazenda, que avaliasse que aquela era a sua principal missão, de extraordinária importância para o País, ou seja, a de conseguir compatibilizar a retomada do crescimento, o combate à inflação, a melhoria da distribuição da renda e a erradicação da miséria.

Transmiti a S. Ex<sup>a</sup> que, na minha avaliação, seria importante que ele delineasse como meta, pelo menos de sua parte, transmitir ao Presidente Itamar Franco, aos brasileiros, ao seu próprio Partido que procuraria se colocar à disposição, até o final do Governo, dada a responsabilidade daquela tarefa que lhe foi atribuída, qual seja, a de conseguir resolver os problemas básicos da economia brasileira.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso, em verdade, precisou de alguns meses para formular um programa de estabilização. Somente depois de praticamente seis meses é que S. Ex<sup>a</sup> delineou aquilo que agora veio a se chamar Programa de Estabilização, que foi anunciado à Nação e está tramitando no Congresso Nacional. Esse programa envolve um aumento nas alíquotas de alguns impostos, como do Imposto de Renda, a entrada em vigor do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras, que já havia sido aprovado anteriormente.

O Ministro conta, também, com a certeza dos recursos da COFINS, conta com uma ampla mobilização — que é do seu mérito e, também, do Secretário da Receita Federal, Osiris Lopes — num esforço de arrecadação bem maior. Mas seu plano envolve, agora, essas proposições, no sentido de se canalizarem para o Governo Federal 7,5% das contribuições que iriam para os Estados, que antes eram de 15%, a formação de um Fundo Social de Emergência, fundo esse que colocará nas mãos do Executivo a destinação de recursos para diversas finalidades.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso tem dito que a sua meta é o ajuste fiscal, é conseguir que não haja déficit. Por outro lado, eis que o Ministro Fernando Henrique Cardoso, ontem, após a cerimônia em Águas Belas, em entrevista a uma rádio de Recife, resolveu criticar aquele que está na frente das pesquisas de opinião para se tornar Presidente da República.

Diz o jornal **O GLOBO**:

Depois de ter admitido deixar o Governo para disputar a Presidência da República, Fernando Henrique partiu para

a ofensiva e escolheu como alvo o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, a quem acusou de não ter um projeto consistente para o Brasil, dizendo que Lula transformaria muita coisa boa em ruim.

E, aqui, pego a declaração do Ministro Fernando Henrique Cardoso, entre aspas:

Não vejo qual é a proposta de Lula, qual é o modelo de Brasil que o PT quer. É tudo muito confuso, muito ambíguo. Vai ser uma grande Nicarágua, Cuba? Não dá — afirmou o Ministro.

Ora, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, por diversos meses, embora já Ministro, demorou a colocar para a Nação o seu programa de estabilização, que ainda não resultou em baixa efetiva dos preços, porque esses vêm apenas decrescendo. Com que base, com que autoridade vem ele agora criticar Luiz Inácio Lula da Silva por ausência de programa?

Sabe perfeitamente o Ministro que Lula e o Partido dos Trabalhadores, inclusive com o apoio do PSDB, já apresentaram um programa para o País, em 1989. E, para 1994, pretende-se dar um salto qualitativo na elaboração desse programa, que, inclusive, vem sendo objeto de debate e discussão com muitos segmentos da sociedade. Ele não está ainda inteiramente formulado.

Faz parte da elaboração do programa um diagnóstico em profundidade, que todos os segmentos da sociedade, em especial aqueles com maior afinidade com o Partido dos Trabalhadores, estão realizando. O próprio Lula vai realizar, na próxima semana, mais uma etapa do que se denominou “A Caravana da Cidadania”. A partir do dia 25 de janeiro, ele participará de uma viagem — com assessores que conhecem a Amazônia — de Manaus a Belém do Pará — passando por várias cidades, dentre elas Santarém. Serão praticamente dez a onze dias, pelo Rio Amazonas, nesse trajeto de conhecimento, de diagnóstico.

Temo que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao estar participando ativamente da distribuição de cestas básicas, em Águas Belas, tenha eventualmente um gesto como aquele do Sr. Fernando Collor de Mello, que caracterizou as eleições de Alagoas em 1990. O Governo Fernando Collor de Mello distribuiu inúmeras cestas básicas, não apenas em Canapi mas também em outros lugares, com a participação ostensiva do seu candidato, o atual Governador Geraldo Bulhões, fato que provocou graves problemas, pois, de acordo com constatações posteriores, a compra de cestas básicas era irregular. Todavia, o próprio Ministro Fernando Henrique Cardoso, enquanto Senador, avaliou que eram adequadas as críticas que se faziam a tais procedimentos. Avaliou e encaminhou, favoravelmente, um projeto que substituiu tal prática. Refiro-me ao Programa de Garantia de Renda Mínima cujo objetivo seria dar a cada cidadão brasileiro um complemento de renda que lhe garantisse o direito à cidadania. Isso evitaria que pessoas miseráveis deste País se encontrassem em tal situação, fato que poderia ser utilizado em campanha eleitoral, como pretexto para a distribuição de um benefício que deve ser considerado um direito daqueles que não têm o mínimo de rendimento. Esse rendimento fornecido possibilitaria a cada cidadão, a seus filhos o direito à educação, à saúde, à moradia, à alimentação e assim por diante.

Portanto, essa minha colocação é no sentido de que haja uma reflexão construtiva por parte do Ministro Fernando Henrique. Antes que haja indícios de sucesso no Programa de Estabilização, antes que se comece a verificar a diminuição efetiva da inflação, acredito que esse lançamento poderá aca-

bar prejudicando, inclusive, os próprios propósitos do Programa de Estabilização.

O próprio Ministro Fernando Henrique declarou, ontem, a empresários, em Recife, que já não pensa em instituir a Unidade de Referência de Valor em fevereiro, porque a inflação continua a subir. As próprias metas, colocadas por S. Ex<sup>a</sup>, estão tendo que ser adiadas.

Para começar, não há ainda uma definição clara do que seja a Unidade de Referência de Valor.

O Secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, em entrevista, ontem, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, apesar de ter dito em alguns momentos que a URV será fixada em termos semelhantes ao do dólar, que terá uma identidade com o dólar, não definiu ainda qual será a norma objetiva de medida da Unidade de Referência de Valor.

Da minha parte, acredito que, se for instituído um índice como a URV, seria racional que fosse baseada em critérios objetivos. Quais seriam esses critérios? Exatamente, a medida da inflação. Se o objetivo é tornar a inflação cada vez mais presente na hora de medi-la, por que não adotar o critério do ajuste diário da Unidade de Referência de Valor, acumulando-se, a cada dia, o que aconteceu nos últimos trinta dias?

Tempos atrás, talvez fosse difícil adotar uma medida mensal da inflação ajustada diariamente. Entretanto, este dilema, este fenômeno da inflação alta está tão presente entre nós, passamos a depender tanto de uma inflação alta, que mais e mais os institutos especializados como a Fundação Getúlio Vargas, o IBGE, a FIPE, o DIEESE têm aperfeiçoado os seus métodos para medir a inflação.

Assim, hoje, temos institutos como a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica que mede a inflação a cada dia, acumulada nos últimos 30 dias. Se isto é possível ser feito para São Paulo, o IBGE pode, perfeitamente, adotar critérios semelhantes para fazer uma medida nacional do índice diário acumulado de inflação mensal. Isto seria, no meu entender, uma base objetiva e não sujeita ao arbítrio para uma medida como a Unidade de Referência de Valor.

Outra coisa que permanece incógnita, ainda não definida no Programa de Estabilização, é como os trabalhadores e empresários vão adotar a Unidade de Referência de Valor como medida para a política salarial ou para o estabelecimento dos níveis de salário que serão negociados por ambas as partes. Considero positivo que o Governo esteja dizendo que não será algo imposto; que será objeto da voluntariedade, da eventual aceitação por parte, tanto de trabalhadores quanto de empresários, do critério da Unidade de Referência de Valor; no entanto, para que este critério seja confiável, acredito seria mais adequado que ele fosse baseado em critérios objetivos.

Eis, portanto, uma recomendação aqui colocada para o Ministro Fernando Henrique Cardoso: que S. Ex<sup>a</sup> tenha a suficiente prudência e procure não dar sinais de que já esteja "jogando a toalha", desistindo de enfrentar esse monstro, cada vez mais difícil de ser domado, que é a inflação.

Acredito que será difícil para o atual Ministro da Fazenda considerar-se um candidato forte se, antes mesmo de o Programa de Estabilização começar a dar resultados, S. Ex<sup>a</sup>, simplesmente, já saiu dizendo que não consegue domar a inflação, que seria melhor, então, candidatar-se à Presidência da República. Antes de dar sinais de que efetivamente consegue domar a inflação, e não por métodos artificiais de curto prazo, seria importante para S. Ex<sup>a</sup> procurar convencer a sociedade de

que tem meios efetivos de controlá-la, sem provocar a recessão e, ao mesmo tempo, conseguindo erradicar a fome e a miséria.

No que diz respeito ao plano de Lula e do Partido dos Trabalhadores e dos partidos que poderão se aliar, — e eu não excluo a possibilidade, em especial no segundo turno, de o próprio PSDB do Ministro Fernando Henrique Cardoso apoiar a candidatura de Lula —, eu imagino que serão os próprios técnicos, os próprios formuladores do PSDB que estarão também colaborando criticamente com aquilo que será elaborado mais profundamente.

Mas o Ministro Fernando Henrique Cardoso pode ter a certeza de que nós estaríamos dando passos mais acelerados na direção de medidas que viessem compatibilizar a queda da inflação com a retomada do crescimento e a erradicação da miséria; medidas como a reforma agrária, que seria muito mais acelerada num governo como o de Lula, do Partido dos Trabalhadores; medidas como a implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima, que, no meu entender, pode perfeitamente ser abraçado pelo Governo Itamar Franco, principalmente no que diz respeito à sua aprovação complementarmen te pela Câmara dos Deputados, já que foi aprovado pelo Senado Federal; medidas como a introdução de um sistema tributário mais racional e que garanta maior equidade na distribuição da renda e da riqueza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para concluir, quero informar que não há fundamento naquilo que vem sendo propalado pela imprensa de que teria havido um acordo entre o Partido dos Trabalhadores e segmentos do PFL ligados ao ex-Presidente José Sarney, no sentido de poupar a Deputada Roseana Sarney de depor na CPI, de ter a quebra de seu sigilo bancário e fiscal, muito menos com respeito ao ex-governador e Deputado Miguel Arraes.

Na verdade, até quero dizer que a minha proposição aberta, que procurei transmitir hoje à Deputada Roseana Sarney, pessoalmente, em telefonema, e ao próprio Deputado Miguel Arraes — não pude entrar em contato pessoalmente, apenas falei com sua assessoria, uma vez que se encontrava fora de Recife —, é no sentido de que ambos tenham a disposição de, por sponte própria, por vontade própria, esclarecerem à CPI quaisquer dúvidas.

A Deputada Roseana Sarney informou-me que já se dispôs a colocar os dados relativos à sua movimentação financeira e bancária à disposição da CPI e que também esclareceria quaisquer dúvidas.

Eu trago este esclarecimento como prova de que não houve, em momento algum, da parte do Partido dos Trabalhadores, qualquer atitude como a que o Deputado Luiz Salomão expôs na imprensa. Este assunto será certamente objeto de análise na reunião da CPI que ocorrerá ainda hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nabor Junior)** — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quarta-feira, às 9 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa

do Presidente da República, que "Cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências". (Dependendo de pareceres das Comissões de **Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania**)

— 2 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 1990**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que "dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul," tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão — de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

— 3 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966," tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão — de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 4 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991," tendo

Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão — de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 5 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1993 (nº 177/92, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto do Acordo Relativo a Serviços Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Hong Kong, em Hong Kong, em 6 de setembro de 1991", tendo

Parecer favorável, sob nº 402, de 1993, da Comissão — de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 6 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1993 (nº 194/92, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Brasília, em 7 de maio de 1991", tendo

Parecer favorável, sob nº 403, de 1993, da Comissão — de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 7 —

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1993 (nº 219/92, na Câmara dos Deputados), que "Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Lei em Matéria de Cheques, concluída em Montevideu, em 8 de maio de 1979, durante a II Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado," tendo

Parecer favorável, sob nº 404, de 1993, da Comissão — de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

— 8 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 159, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 159, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 510, de 1993), que "Autoriza a Prefeitura Municipal de Realeza (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de quatorze milhões e setecentos mil cruzeiros reais, a preços de setembro de 1993, para execução de projetos de infra-estrutura urbana".

— 9 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 160, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 160, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 511, de 1993), que "Autoriza a Prefeitura Municipal de Jesuítas (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de vinte e um milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais, a preços de agosto de 1993, utilizando recursos do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano — PEDU".

— 10 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 161, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 161, de 1993 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 512, de 1993), que "Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Mônica (PR) a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO, no valor de dez milhões de cruzeiros reais, para execução de projetos de infra-estrutura urbana, naquele município.

— 11 —

**REQUERIMENTO Nº 1.446, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.446, de 1993, da Senadora Eva Blay, solicitando, nos termos da alínea a do art. 256 do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1992, de sua autoria, que "Acréscenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelecendo normas para o exercício do planejamento familiar".

— 12 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 1993, de autoria do Senador Mário Covas, que

"Dispõe sobre número de candidatos pelo sistema proporcional nas eleições de 1994". (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

**O SR. PRESIDENTE** (Nabor Júnior) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão 16h24min.)*

## SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Resenha das matérias apreciadas de 16 a 31 de dezembro de 1993 — art. 269, II, do Regimento Interno)

**Período de convocação extraordinária  
do Congresso Nacional**  
(10ª Sessão Legislativa Extraordinária  
da 49ª Legislatura)

### PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

— Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1993 (nº 1.270/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o salários mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas. Sessão: 16-12-93 Extraordinária

### PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS à promulgação

— Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1993 (nº 196/92, na Câmara dos Deputados), que aprova os Estatutos da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), com vistas adesão do Brasil aos mesmos. — Sessão: 16-12-93 - Extraordinária

— Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1985 (nº 78/84, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção nº 137 e da Recomendação nº 145 da Organização Internacional do Trabalho, relativas às Repercussões Sociais dos Novos Métodos de Processamento de Carga nos Portos, adotada em Genebra, em 25 de junho de 1973, durante a LVIII Sessão

— Projeto de Resolução nº 154, de 1993, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar os limites fixados nos arts. 2º e 3º da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, e a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro — LFTRJ, destinadas ao giro de 90% da dívida - imobiliária do Estado, vencível no primeiro semestre de 1994. — Sessão: 16-12-93 Extraordinária

— Projeto de Resolução nº 15, de 1993, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a emitir 25.804.527.345 Letras Financeiras do Tesouro daquele Estado, equivalentes a CR\$6.893.294.734,71, a preços de 5 de novembro de 1993, destinadas ao giro da dívida imobiliária do exercício de 1994, vencível em 15 de janeiro vindouro. — Sessão: 16-12-93 Extraordinária

— Projeto de Resolução nº 62, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal. — Sessão: 22-12-93

### SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO FEDERAL

(Mês de dezembro de 1993 — a partir de 15-12-93)

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	01
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	05
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	00
Parecer aprovado.....	00

### Até o dia 28 de dezembro de 1993)

Emenda Constitucional promulgada pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.....	01
Decreto Legislativo promulgado pelo Presidente do Senado Federal.....	01

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	46
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	83
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados.....	41
Mensagens relativas à escolha de autoridades.....	26

**MESA****Presidente**

Humberto Lucena \_ PMDB \_ PB

**1º Vice-Presidente**

Chagas Rodrigues \_ PSDB \_ PI

**2º Vice-Presidente**

Levy Dias \_ PTB \_ MS

**1º Secretário**

Júlio Campos \_ PFL \_ MT

**2º Secretário**

Nabor Júnior \_ PMDB \_ AC

**3º Secretário**

Júnia Marise \_ PRN \_ MG

**4º Secretário**

Nelson Wedekin \_ PDT \_ SC

**Suplentes de Secretário**

Lavoisier Maia \_ PDT \_ RN

Lucídio Portella \_ PDS \_ PI

Beni Veras \_ PSDB \_ CE

Carlos Patrocínio \_ PFL \_ TO

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Pedro Simon

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Mauro Benevides

**Vice-Líderes**

Cid Sabóia de Carvalho

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça Ronaldo

Aragão Mansueto de Lavor

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Mário Covas

**Vice-Líder**

Jutahy Magalhães

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Marco Maciel

**Vice-Líderes**

Elcio Álvares

Odacir Soares

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

José Paulo Bisol

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Jonas Pinheiro

**Vice-Líder**

Valmir Campelo

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Magno Bacelar

**LIDERANÇA DO PRN****Líder**

Ney Maranhão

**Vice-Líder**

Áureo Mello

**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Irapuan Costa Júnior

**LIDERANÇA DO PDS****Líder**

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PDC****Líder**

Epitácio Cafeteira

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

Eduardo Suplicy

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA \_ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes		
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

	PFL		
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

	PSDB		
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

	PTB		
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36

	PDT		
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40

	PRN		
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02

	PDC		
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04

	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes \_ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões \_ Ramal 4315

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS \_ CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes		
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RG-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

	PFL		
Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

	PSDB		
Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

	PTB		
Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

	PDT		
Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

	PRN		
Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

	PDC		
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

	PDS		
Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

	PSB / PT		
Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

Secretário: Luiz Cláudio Vera Lúcia  
Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341  
Sala de reuniões: 3652  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.  
Sala nº 09 \_ Ala Alexandre Costa

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS \_ CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes		
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

	PFL		
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80
PTB			
Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63
PDT			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PRN			
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92
PDC			
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04
PDS			
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
PP			
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90
PT/PSB			
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344			

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL \_ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)  
Presidente: Alfredo Campos  
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares	Suplentes		
PMDB			
Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suraagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65
PFL			
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Francisco Rollemberg	SE-3032/34
Hydekel Freitas	RS-3064/65	Josaphat Marinho	BA-3173/74
Lourival Baptista	SE-3027/28	Raimundo Lira	PB-3200/3201
Alvaro Pacheco	PI-3085/86	Marco Maciel	PE-3197/98
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Eva Blay	SP-3119/20
PTB			
Luiz A. Oliveira	PR-4058/59	Valmir Campelo	DF-3188/89
Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07
PDT			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
PRN			
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215

PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
PP			
Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
PDS			
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546			
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI			
(23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho			
Titulares		Suplentes	
PMDB			
Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Juvêncio Dias	PA-3050/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Vago	
PFL			
Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Henrique Almeida	AP-3191/92	João Rocha	TO-4071/72
Elcio Alvares	ES-3131/32	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Bello Parga	MA-3069/72	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Vago	
PSDB			
Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Beni Veras	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Vago	
PTB			
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Afonso Camargo	PR-3062/63
Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
PDT			
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
PRN			
Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56
PDC			
Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDS			
Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
PP			
João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Secretário: Celson Parente _ Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286			

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO \_ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)  
Presidente: Valmir Campelo  
Vice-Presidente: Juvêncio Dias

Titulares	Suplentes
PMDB	
João Calmon	ES-3154/55
Flaviano Melo	AC-3493/94
Mauro Benevides	CE-3052/53
Wilson Martins	MS-3114/15
Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83
José Fogaça	RS-3077/78
Pedro Simón	RS-3230/31
Iram Saraiva	GO-3134/35
PFL	
Josaphat Marinho	BA-3173/74
Marco Maciel	PE-3197/98
Álvaro Pacheco	PI-3085/86
Raimundo Lira	PB-3201/02
Bello Parga	MA-3069/72
PSDB	
Almir Gabriel	PA-3145/46
Eva Blay	SP-3119/20
Teotônio V. Filho	AL-4093/94
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Antônio Mariz	PB-4345/46
Onofre Quinan	GO-3148/49
Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Amir Lando	RO-3110/11
Ruy Bacelar	BA-3160/61
Alfredo Campos	MG-3237/38
Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Dario Pereira	RN-3098/99
Odacir Soares	RO-3218/19
Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Henrique Almeida	AP-3191/92
Beni Veras	CE-3242/43
Mário Covas	SP-3177/78
José Richa	PR-3163/64

## PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. R.	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

## PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

## PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

## PDC

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

## PDS

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

## PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

## PT/PSB

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente  
Ramal: 3496/3497  
Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas  
Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa \_ Ramal 3121